

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCOSUL SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 156/2021  
Data: 05/10/2021

### ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
MSC CONFIRMA CRUZEIROS MARÍTIMOS A PARTIR DE 5 DE NOVEMBRO NO PORTO DE SANTOS .....	4
SETOR DE CRUZEIROS MARÍTIMOS PROPÕE NOVAS REGRAS SANITÁRIAS .....	5
OPERAÇÃO INSPECIONA TERMINAIS NO PORTO DE SANTOS .....	6
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>7</b>
ANTAQ PRORROGA PRAZO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE LICITAÇÃO DE ÁREA NO PORTO DE SANTOS .....	7
<b>PORTAL PORTO GENTE</b> .....	<b>7</b>
PORTO DE ITAJAÍ REJEITA PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO .....	7
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>8</b>
OBRAS DE MELHORIA NA REGIÃO PORTUÁRIA DO CENTRO DE SANTOS SEGUEM POR MAIS CERCA DE 40 DIAS.....	8
VLI ABRE 50 VAGAS DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DE TODOS OS CURSOS SUPERIORES .....	8
AGRONEGÓCIO BRASILEIRO CONQUISTA ESPAÇOS E SE CONSOLIDA COMO MAIOR EXPORTADOR MUNDIAL DE ALIMENTOS HALAL .....	9
BANCOS CENTRAIS DO MUNDO TEMEM QUE CRISES NA CADEIA DE SUPRIMENTOS DESENCADEIEM INFLAÇÃO E PREJUDIQUEM O CRESCIMENTO .....	11
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF</b> .....	<b>12</b>
WORKSHOP DO MÍNIFRA DISCUTE PROPOSTAS PARA MELHORAR TRANSPORTE HIDROVIÁRIO.....	12
MODELO BRASILEIRO DE CONCESSÃO À INICIATIVA PRIVADA IMPRESSIONA INVESTIDORES NOS EUA .....	12
“É O FUTURO DA AVIAÇÃO CIVIL”, DIZ RONEI GLANZMANN SOBRE PPP DA REDE AMAZÔNICA .....	14
<b>ISTOÉ - DINHEIRO</b> .....	<b>14</b>
GUEDES CHEGA PARA ENTREGA DE RELATÓRIO DA TRIBUTÁRIA E NÃO FALA COM A IMPRENSA .....	14
RAÍZEN DIZ QUE CONTROLE DE PREÇOS NÃO SERIA RESPOSTA PARA ALTA NOS COMBUSTÍVEIS .....	15
APÓS CCR ARREMATAR AEROPORTO, ZEMA DEFENDE PRIVATIZAÇÃO COMO MELHOR CAMINHO.....	15
CONGRESSO FRUSTRA PRAZO DE 8 MESES PARA APROVAÇÃO DE REFORMA TRIBUTÁRIA AMPLA .....	15
PETRÓLEO BRENT TEM MÁXIMA DE 3 ANOS APÓS OPEP+ MANTER RUMO DO PLANO DE PRODUÇÃO .....	16
<b>MONEYTIMES</b> .....	<b>17</b>
SUZANO VÊ PRODUÇÃO DE PAPEL CARTÃO DISPARAR COM CANUDOS E COPOS DE PAPEL EM RESTAURANTES .....	17
CNT E ANFAVEA DEFENDEM MISTURA DE BIODIESEL DE 10% E ABIOVE VÊ ‘ATAQUE’ COORDENADO .....	18
<b>AGÊNCIA SENADO DE NOTÍCIAS – DF</b> .....	<b>20</b>
PRECATÓRIOS E CRISE HÍDRICA SÃO DESAFIOS A CURTO PRAZO PARA RETOMADA, APONTAM ECONOMISTAS .....	20
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS</b> .....	<b>22</b>
CNODC NÃO EXERCE OPÇÃO DE COMPRA DE ADICIONAL DO EXCEDENTE DE BÚZIOS .....	22
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>28</b>
COMBUSTÍVEIS: PARA REDUZIR PREÇO FINAL, LIRA PROPÕE QUE ICMS SEJA CALCULADO COM BASE NO VALOR DOS ÚLTIMOS DOIS ANOS .....	28
EM OFÍCIO À ANAC, PAES PEDE MUDANÇAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO DO SANTOS DUMONT .....	29
SENADOR APRESENTA RELATÓRIO QUE UNIFICA ICMS E ISS E PREVÊ TRIBUTO SOBRE CIGARRO E ÁLCOOL .....	30
CCR VENCE LEILÃO DO AEROPORTO DA PAMPULHA, EM BH, COM LANCE DE R\$ 34 MILHÕES E ÁGIO DE 245% .....	33
ANAC PÕE EM CONSULTA PÚBLICA NOVA REGRA DE DISTRIBUIÇÃO DE SLOTS E ABRE ESPAÇO PRA AZUL EM CONGONHAS ....	36
DONA DO GALEÃO QUER LEVAR SANTOS DUMONT EM LEILÃO DE PRIVATIZAÇÃO, DIZEM FONTES .....	37
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>39</b>
CCR ARREMATAS AEROPORTO DA PAMPULHA EM LEILÃO POR R\$ 34 MI E ÁGIO DE 245,29% .....	39
DEPUTADO APRESENTA RELATÓRIO PELA PRORROGAÇÃO DA DESONERAÇÃO EM FOLHA .....	40
LIRA DISCUTE COM OPOSIÇÃO PROPOSTAS PARA CONTER ALTA DOS COMBUSTÍVEIS .....	41
BRISANET, FUNDADA POR EX-VENDEDOR DE PARABÓLICAS, VAI PARA CIMA DE GRANDES TELES EM LEILÃO DO 5G .....	42
ALÍQUOTA ÚNICA E FIXA DE ICMS PODE LEVAR A PERDA DE R\$ 5,5 BI PARA 20 ESTADOS, DIZ CNM .....	44
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>45</b>
BRASKEM PÕE INOVAÇÃO E QUÍMICA “VERDE” NA VITRINE .....	45
AMAZON VAI INSTALAR SEGUNDO CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO EM PERNAMBUCO .....	46
CHINA COMEÇA A DESCARREGAR CARVÃO AUSTRALIANO, APESAR DE PROIBIÇÃO DE IMPORTAÇÃO .....	47



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 156/2021  
Página 3 de 52  
Data: 05/10/2021  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

MINÉRIO DE FERRO CAI 0,5% NO PORTO CHINÊS DE QINGDAO A US\$ 116,58 POR TONELADA .....	48
REABERTURAS ACELERAM RETOMADA DO COMÉRCIO GLOBAL.....	48
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>49</b>
USUÁRIOS DEFENDEM LIBERDADE DE ESCOLHA DE LACRES EM CONTÊINERES .....	49
MUSEU MARÍTIMO DO BRASIL COMEÇA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA EXECUÇÃO DA SEGUNDA FASE DO PROJETO.....	51
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....</b>	<b>52</b>
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS .....	52



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### MSC CONFIRMA CRUZEIROS MARÍTIMOS A PARTIR DE 5 DE NOVEMBRO NO PORTO DE SANTOS

Liberação das viagens foi oficializada pelo Governo Federal no último sábado (2)

Por: [ATribuna.com.br](http://ATribuna.com.br)



**O MSC Preziosa terá a honra de abrir a nova temporada de cruzeiros após suspensão de um ano** Foto: Luigi Bongiovanni/AT/Arquivo

A MSC Cruzeiros confirmou nesta terça-feira (5), em comunicado à imprensa, sua participação na temporada de cruzeiros 2021/2022 no Brasil. A primeira viagem da empresa será em 5 de novembro, com o MSC Preziosa partindo do Terminal de Passageiros Giusfredo Santini,

administrado pelo Concais, no Porto de Santos. Roteiros foram adaptados nos últimos dias para cumprir a determinação da União que limita o retorno dos cruzeiros a viagens em território brasileiro.

Ao longo da temporada, o MSC Preziosa oferecerá cruzeiros de três e quatro noites, partindo de Santos e com escalas alternadas em Ilha Grande, Cabo Frio, Rio de Janeiro, Ilhabela, Porto Belo e Balneário Camboriú. O mesmo navio também realizará viagens de três a oito noites, mas partindo do Rio de Janeiro.

O segundo navio da empresa que passará pela costa brasileira será o MSC Seaside. Ele estará pela primeira vez no País e terá viagens a partir de 4 de dezembro, saindo de Santos e com roteiros de seis, sete e oito noites visitando de forma alternada Ilha Grande, Ilhabela, Ilhéus, Salvador e Maceió.

Por sua vez, o MSC Splendida iniciará as suas viagens em 19 de dezembro. Ele oferecerá cruzeiros de sete noites pelo Brasil, partindo de Santos e visitando Porto Belo, Balneário Camboriú, Ilhabela e Cabo Frio.

#### Adaptações

No mesmo comunicado, a MSC confirmou que, devido à Portaria 657, publicada no Diário Oficial da União do último sábado (2), os roteiros de diversas viagens foram adaptados, com novos destinos brasileiros sendo introduzidos na programação em substituição a cidades do exterior, como Buenos Aires (Argentina), Montevidéu e Punta del Este (ambas no Uruguai).

Conseqüentemente, os cruzeiros MSC Grand Voyages previstos para partir da Europa para o Brasil, as partidas do MSC Sinfonia previstos para partir de Itajaí com destino à Argentina e Uruguai e as viagens do MSC Orchestra previstos para partir da Argentina com destino ao Brasil não poderão ser realizados devido as condições da portaria.

"Esta é a oportunidade de retorno ao mar para os hóspedes que gostam de cruzeiros, por meio de viagens seguras e responsáveis. Já retomamos nossas operações em diversas partes do mundo, há mais de um ano, e traremos essa experiência sólida para nossas navegações no País", disse o diretor geral da MSC Cruzeiros no Brasil, Adrian Ursilli.

### Covid-19

Devido à pandemia, a empresa informou que os passageiros poderão adquirir um novo seguro-viagem que inclui cobertura para casos de covid-19. Os preços informados são de R\$ 79,00 por pessoa para cruzeiros de três noites e R\$ 149,00 em viagens de uma semana.

Por fim, a empresa diz aguardar a definição dos protocolos sanitários, a serem publicados pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para as viagens nos próximos meses.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*  
*Data: 05/10/2021*

### SETOR DE CRUZEIROS MARÍTIMOS PROPÕE NOVAS REGRAS SANITÁRIAS

Anvisa já debate protocolos a serem implantados nas viagens marítimas e que deverão ser seguidos pelo público

*Por: Sandro Thadeu*



***Retomada das viagens no País acontece a partir de novembro Foto: Arquivo/AT***

A Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil) comemorou a decisão do Governo Federal, anunciada no último sábado (2), que autorizou a retomada das viagens dessas embarcações no País, a partir do próximo mês. Segundo a instituição, a volta desse setor deve provocar um impacto de R\$ 2,5

bilhões na economia nacional e gerar em torno de 35 mil empregos. Por outro lado, médicos infectologistas ouvidos por A Tribuna entendem que essa medida ainda é precipitada, devido à pandemia de covid-19.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou nesta segunda-feira (4) que serão aprofundadas, nos próximos dias, as discussões sobre os protocolos sanitários a serem adotados pelas empresas e que deverão ser seguidos por passageiros e tripulantes. O órgão regulador reiterou que sua manifestação “no sentido de que a retomada dessa atividade – em vista dos riscos associados, e mesmo com a adoção de protocolos sanitários rígidos – deve estar condicionada à avaliação do cenário epidemiológico”.

### Estudo aprofundado

A Clia Brasil explicou que foram meses de deliberações e apresentações detalhadas de protocolos de segurança já implementados pela instituição ao redor do mundo. Citou ainda que esses planos foram elaborados por médicos e cientistas e contaram com o aval das autoridades sanitárias locais, mostrando que o setor pode retomar as atividades em segurança.

Entre os procedimentos defendidos pela entidade, estão que todos os hóspedes passem por uma triagem rigorosa, apresentem testes pré-embarque e utilizem máscaras. Além disso, está prevista a ocupação reduzida dos espaços, ar fresco sem recirculação e desinfecção/higienização constante dos locais.

A entidade defende ainda que os tripulantes estejam vacinados, façam três testes antes de entrar em serviço e quarentena. As embarcações devem ter ainda um plano de contingência com corpo médico treinado e estrutura com todos os modernos recursos para atendimento.

“Estamos prontos para navegar e oferecer as mesmas experiências únicas e memoráveis que as pessoas apaixonadas por cruzeiros estão acostumadas a vivenciar. O retorno bem-sucedido da navegação é resultado de um trabalho conjunto extremamente técnico e criterioso da Clia e dessa indústria para a implementação de protocolos criados por médicos, cientistas e especialistas”, afirmou Marco Ferraz, presidente da instituição.

Para a temporada 2021/2022, sete navios devem fazer cerca de 130 roteiros e 570 escalas em destinos nacionais, como Santos, Angra dos Reis (RJ), Balneário Camboriú (SC), Búzios (RJ), Cabo Frio (RJ), Fortaleza (CE), Ilhabela, Ilha Grande (RJ), Ilhéus (BA), Itajaí (SC), Maceió (AL), Porto Belo (SC), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Ubatuba.

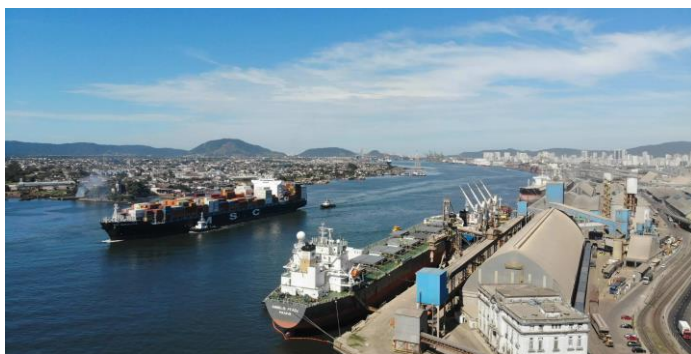
*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 05/10/2021*

## OPERAÇÃO INSPECIONA TERMINAIS NO PORTO DE SANTOS

Dois dos locais vistoriados movimentam amônia e nitrato de amônio

*Por: Sandro Thadeu*



**As equipes de vários órgãos federais, lideradas pelo Ibama, fizeram as vistorias Foto: Carlos Nogueira/AT**

As equipes de vários órgãos federais lideradas pelo Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) fizeram nesta segunda-feira (4), uma inspeção em oito terminais do Porto de Santos, sendo dois deles que movimentam amônia e nitrato de amônio. O trabalho

integra a Operação Relíquia, que foi iniciada no último dia 27 e vai até a próxima sexta-feira (8). Essa ação tem o objetivo de verificar as condições de armazenamento, manuseio e transporte desses produtos perigosos na região e em outros portos do País.

A responsável pela Unidade Técnica de Santos do Ibama, Ana Angélica Alabarce, avalia que houve muitas melhorias nas empresas em relação ao ano passado, quando essa grande inspeção foi realizada pela primeira vez. “Os terminais estão se adequando e fazendo o melhor, o que significa uma segurança para o Porto e para toda a população. As empresas foram muito receptivas”, afirmou.

A agente ambiental federal explicou que houve avanços em comparação ao ano passado no que diz respeito ao atendimento, ao manuseio e ao cuidado com as cargas operadas. Ela citou ainda que as empresas promoveram simulados e produziram relatórios.

A ideia do órgão de fiscalização iniciar essa operação no ano passado ocorreu após o acidente no Porto de Beirute, no Líbano, provocado em agosto de 2020 por uma explosão de milhares de toneladas de nitrato de amônio - essa substância é utilizada na produção de fertilizantes e estava armazenada no complexo marítimo.

A Operação Relíquia conta com a participação de técnicos do Ibama, das agências nacionais de Transportes Aquaviários (Antaq) e de Transportes Terrestres (ANTT), da Receita Federal, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Essa iniciativa também envolve a participação de integrantes da Autoridade Portuária de Santos (APS), do Exército e da Capitania dos Portos de São Paulo

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 05/10/2021*



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

### ANTAQ PRORROGA PRAZO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE LICITAÇÃO DE ÁREA NO PORTO DE SANTOS

Contribuições poderão ser enviadas até 16 de novembro. Área a ser licitada será para movimentação de granéis sólidos minerais

A ANTAQ prorrogou para o dia 16 de novembro o prazo limite fixado para o recebimento de contribuições de que trata o Aviso de Audiência Pública nº 18/2021-ANTAQ. A consulta tem por objeto a obtenção de contribuições para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à licitação do arrendamento de área no Porto de Santos (SP), destinado à instalação de terminal dedicado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente adubos (fertilizantes) e sulfatos. A área é denominada STS53.

**Saiba como contribuir, clicando aqui.**

<https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/participacao-social>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: [asc@antag.gov.br](mailto:asc@antag.gov.br)

Data: 05/10/2021

# Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

## PORTAL PORTO GENTE

### PORTO DE ITAJAÍ REJEITA PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO

Redação Portogente

O nível de serviço oferecido ao cliente é o negócio do negócio

Os embaraços consequentes da proposta sem clareza para desestatizar os portos brasileiros, do Ministério da Infraestrutura (MInfra), atingiram um grau conflituoso e impróprio ao tenso governo do presidente Jair Bolsonaro. Foi o que se assistiu, nesta segunda-feira (4/10), em Itajaí (SC), na 3ª Reunião de Trabalho do Fórum de Defesa da Autoridade Portuária Pública Municipal, para renovação do prazo de vigência do Convênio de Delegação 08/1997 por mais 25 anos.



#### Porto de Itajaí 2021

É imperativo que o Senado Federal acompanhe de perto as incertezas e os objetivos não bem esclarecidos desse programa sem planejamento. Principalmente a falta de equilíbrio de tratamento havido na delegação dos portos do Paraná. Devaneios publicitários não movem mercadorias nem fomentam produtividade. As deficiências nas administrações dos portos seguramente não serão tratadas sem projeto estratégico.

A presença do senador Esperidião Amim, à frente de uma comunidade portuária coesa, motivada pela realidade exitosa do seu Porto de Itajaí, alinha também as demais forças da região: popular,

empresarial, trabalhista, acadêmica e política. Defendem um modelo estruturado, que fez do porto a segunda movimentação nacional de contêineres, após o Porto de Santos, líder no Hemisfério Sul. Porto de Itajaí é considerado um símbolo da racionalidade.

Desmerecer a mobilização de Santa Catarina em defesa do seu porto não será a melhor solução. É oportunidade de reformular a intenção e perguntar o que o Minfra pode ajudar Itajaí para resolver seu problema prioritário. Assim como entender a proposição do Santos2050, para o Porto de Santos. O porto catarinense deve ser modelo nacional de descentralização, como comprova o desenvolvimento da sua região.

Santa Catarina representa 60% dos votos que elegeram o presidente Jair Bolsonaro. Porto de Itajaí é um orgulho dos catarinenses e sua causa tem mobilizado apoio de outros portos. Está posta mais uma questão complexa gerada pelo obscuro programa de desestatização dos portos, do Minfra. Sem dar solução para o atraso dos nossos portos.

*Fonte: Portal Porto Gente*

*Data: 05/10/2021*



## **O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP**

### **OBRAS DE MELHORIA NA REGIÃO PORTUÁRIA DO CENTRO DE SANTOS SEGUEM POR MAIS CERCA DE 40 DIAS**

*Informação: Santos Port Authority (5 de outubro de 2021)*

As obras de recuperação da pavimentação da Rua Antônio Prado, via portuária na região central de Santos, que começaram no dia 1º de setembro, vão seguir por mais cerca de 40 dias. Por isso, o trecho da via perimetral do Porto de Santos entre o Largo Marques de Monte Alegre (em frente ao Museu Pelé) e a Praça da República (onde fica o terminal de passageiros da travessia Santos – Vicente de Carvalho) segue com interdição parcial e trânsito em meia pista. A recomendação é de que o tráfego urbano evite a região neste período.

O sentido Ponta da Praia – Alemoa permanece interditado por mais dez dias. Com a conclusão desta fase, novo desvio será feito e o sentido contrário é que será interditado, por mais 30 dias.

O trecho é utilizado como saída para a Via Anchieta dos transportadores que saem de terminais da margem direita de graneis sólidos vegetais e minerais, de contêineres e de celulose. Também é bastante utilizado pelos motoristas do tráfego urbano como opção de ligação entre a Ponta da Praia e o Centro de Santos. Com a interdição, a orientação é de que este trânsito opte pelas ruas e avenidas internas da cidade.

Os caminhões, por restrição de tráfego, não podem utilizar outras avenidas para acesso e saída do Porto. A Guarda Portuária e a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) do município de Santos mantém o monitoramento nos locais afetados.

Em caso de ocorrências de trânsito, o usuário pode entrar em contato com a Guarda Portuária (telefone 3202-6570) ou com a CET, pelo telefone 0800-77 19 194. Para dúvidas, o contato é o email [transito@brssz.com](mailto:transito@brssz.com).

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 05/10/2021*

## **VLI ABRE 50 VAGAS DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DE TODOS OS CURSOS SUPERIORES**

*Informação: Santaportal (5 de outubro de 2021)*



A VLI – companhia de soluções logísticas que opera terminais, ferrovias e portos – abre nesta segunda-feira (4), as inscrições para seu Programa de Estágio 2022. Para se candidatar às 50 vagas ofertadas em todas as localidades onde a companhia atua – Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Tocantins, Maranhão, Sergipe e Ceará – é preciso estar cursando ao menos o 3º período de qualquer curso de bacharelado e licenciatura, bem como ter disponibilidade para estagiar por seis horas diárias.



**Foto: VLI / Divulgação Santaportal**

Os interessados têm até 8 de novembro para se inscreverem no site e o processo seletivo será totalmente digital. O contrato de estágio tem duração de um ano, podendo ser renovado por igual período. Os selecionados terão como benefícios: vale-refeição (oferecido nas unidades onde não há refeitório); vale-transporte e/ou ônibus fretado (dependendo da localização em que irá trabalhar); assistência médica e odontológica; Gympass (plataforma de academias, com

foco em sua saúde e bem-estar); cesta de Natal; seguro de vida; além de uma rede de descontos em várias lojas, restaurantes, salões e outros.

A supervisora de Atração e Seleção da VLI, Kenya Consceição, explica que a entrada de jovens é a chance que a companhia tem para formar profissionais para seu negócio. “Eles oxigenam a empresa que, por sua vez, traz uma mão de obra diferenciada e tem a chance de construir novos gestores e líderes. Além disso, há o papel social de gerar emprego e renda, principalmente em um momento em que muitas empresas não estão contratando. Damos oportunidades para que as pessoas possam se inserir no mercado de trabalho, iniciando a carreira em uma grande companhia”, ressalta.

Kenya afirma que há uma demanda significativa para o programa de estágio da VLI. “Existe no imaginário dos estudantes a questão do próprio trem e dos valores que a empresa prega. Querem sair da faculdade estagiando em uma grande companhia, com a possibilidade de ser efetivado. Há estagiários que, às vezes, não passam no primeiro processo seletivo, mas o desejo de trabalhar na VLI faz com que persistam. Temos um bom relacionamento com as universidades. Vamos até lá, conversamos com eles e levamos a marca forte da VLI. Eles insistem até conseguirem a vaga. Tem estagiários que, ao formar, tentam o processo para trainee. Querem fazer parte da empresa”, observa a supervisora.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**  
**Data: 05/10/2021**

## AGRONEGÓCIO BRASILEIRO CONQUISTA ESPAÇOS E SE CONSOLIDA COMO MAIOR EXPORTADOR MUNDIAL DE ALIMENTOS HALAL

**Informação: Comec (5 de outubro de 2021)**



Dubai (Emirados Árabes) – Halal é uma palavra árabe que significa lícito, permitido. Mais do que isso, é um conceito que permeia a alimentação e o uso de produtos cosméticos e farmacêuticos por muçulmanos em todo o mundo. Pela sharia, o código de leis islâmico, os seguidores da fé de Maomé só podem consumir produtos que se encaixem nessa categoria porque seriam aqueles permitidos por Deus.

No judaísmo, há uma categoria semelhante: o kosher. Um exemplo é a proibição de consumo de carne de porco, de álcool etílico, sangue e animais de presas longas, considerados haram, ou seja, não permitidos. As carnes de boi, frango, caprinos e ovinos podem ser consumidas, desde que o abate seja feito de forma adequada, em um ritual halal.



A restrição é ligada não apenas a esses itens, mas a qualquer produto que contenha esses ingredientes em sua composição ou que tenha contato com eles. Um carimbo usado em uma carne, por exemplo, não pode ter glicerina de origem suína.

Como isso é levado muito a sério pelos muçulmanos, é preciso garantir que os produtos consumidos realmente tenham sido processados da forma correta. Por isso, as empresas interessadas em servir ao consumidor islâmico precisam ser certificadas.

“Hoje, 1,9 bilhão de consumidores no mundo são muçulmanos. E as estimativas para 2060 é que uma, em cada três pessoas, seja muçulmana. Então você tem um mercado gigantesco, um potencial enorme a ser explorado. Além disso, os consumidores muçulmanos são muito fiéis. Uma vez que eles identificam uma marca certificada, que traz um produto de qualidade, acabam se fidelizando àquela marca”, explica Elaine Franco de Carvalho, coordenadora de qualidade da Fambras Halal, uma das principais certificadoras halal do Brasil.

É um mercado concentrado não apenas no Oriente Médio e norte da África, mas também em países como o próprio Brasil. Na Indonésia, por exemplo, que tem grande população muçulmana e é o maior mercado consumidor de comida halal, a certificação é obrigatória para os exportadores.

“Uma vez que a empresa estiver certificada, ela vai atender a alguns países que antes ela não atendia, por ter a certificação halal como requisito [para exportação] ou por ter a certificação halal com diferencial”, afirma Elaine.

Segundo dados do último Relatório Global do Estado da Economia Islâmica, antes da pandemia o Brasil era o maior exportador mundial de comida halal. Em 2019, o país exportou US\$ 16,2 bilhões nesse tipo de produto, segunda colocada, a Índia, que negociou US\$ 4,4 bilhões.

### **Certificação**

Segundo Elaine, o processo de certificação envolve inicialmente uma avaliação documental da empresa, na qual se verifica, por exemplo, os ingredientes e materiais usados na fabricação ou beneficiamento do produto e sua origem. “A gente precisa garantir que se aquela empresa usa uma queratina de origem animal, por exemplo, que ela tenha vindo de um animal abatido de acordo com o ritual islâmico”, conta.

A certificadora, então, envia um auditor com conhecimentos técnicos na área de atuação da empresa (que pode ser um veterinário, um engenheiro agrônomo entre outros) e autoridades religiosas para verificar se tudo é feito dentro dos preceitos do islamismo.

No caso do abate bovino, por exemplo, Elaine explica que é preciso que tudo seja feito de acordo com um ritual, que começa com a declamação das palavras Bismillah, Allahu Akbar (“em nome de Deus, Deus é o maior”) e termina com a drenagem do sangue do animal por três minutos.

A faca deve ser bem afiada para seccionar as principais artérias do pescoço em único corte e garantir a morte instantânea do animal. “É um requisito do abate halal que você minimize o sofrimento do animal”, diz Elaine.

O abate deve ser feito por um muçulmano, mas se não houver ninguém disponível, poderá ser executado por um judeu ou um cristão. Já o supervisor do abate precisa ser um seguidor do Islã.

Depois de aprovada, a empresa pode receber uma certificação para todos os lotes de seu produto, com validade de três anos, ou pode receber certificações por lotes. Cerca de 450 empresas brasileiras são certificadas apenas pela Fambras Halal.

(\*) Com informações da Agência Brasil

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/10/2021

### **BANCOS CENTRAIS DO MUNDO TEMEM QUE CRISES NA CADEIA DE SUPRIMENTOS DESENCADEIEM INFLAÇÃO E PREJUDIQUEM O CRESCIMENTO**

*Informação: Mundo Marítimo (5 de outubro de 2021)*



***Em alguns casos, eles defendem a intervenção do Estado para resolver os obstáculos ao transporte marítimo***

Jay Powell do Federal Reserve dos EUA, Andrew Bailey do Banco da Inglaterra, Haruhiko Kuroda do Banco do Japão e Christine La Garde comentaram sobre o impacto que a crise da cadeia de suprimentos está tendo nas perspectivas. Inflação e crescimento, relata Transport Intelligence (TI).

A reflexão foi feita em conferência de bancos centrais realizada em Portugal. Na ocasião, Christine La Garde disse que em áreas como transporte marítimo ou semicondutores os problemas “parecem estar se acelerando” e que “quanto tempo vai demorar para que esses gargalos desapareçam é uma questão que estamos acompanhando de perto”.

Enquanto isso, Jay Powell parecia admitir que a crise os pegava de surpresa, comentando que “o que as pessoas não previram foi a limitação da oferta, isso foi surpreendente, não é que nossos modelos de inflação estejam errados, embora certamente não, o escopo e a persistência das restrições de fornecimento foram simplesmente esquecidos.”

Embora seja difícil para os bancos centrais acompanhar a complexa evolução da economia, muitos desses problemas ficaram evidentes, por exemplo, na logística marítima a partir do terceiro ou quarto trimestre do ano passado. O mais preocupante é que o problema pode ser mais sério do que os bancos centrais imaginam.

Falando ao Financial Times sobre um evento sobre a adoção de novas tecnologias de combustível, Takeshi Hashimoto, CEO da Mitsui OSK Lines (MOL), fez uma declaração preocupante sobre o estado do mercado de transporte de contêineres. Advertindo que os governos podem ter que intervir para “restaurar a ordem”, e afirmou que “se for deixado inteiramente nas mãos da economia de mercado, as empresas e indivíduos que fazem todo o possível para encontrar a melhor solução para si mesmos o levarão a agitação crescente e uma situação fora de controle.”

Embora seja um pouco surpreendente que o CEO de uma empresa do setor privado defenda a intervenção do Estado no mercado, é um sinal de que os gestores de logística estão preocupados com a trajetória de um mercado naval cada vez mais aquecido.

Os comentários de Hashimoto implicam em grande desordem no mercado de transporte marítimo, tanto em termos de taxas quanto de disponibilidade. Esse nível de desordem ameaçará a viabilidade de muitas cadeias de suprimentos e terá sérias implicações para a economia global como um todo.

Os responsáveis pela logística e cadeia de abastecimento provavelmente devem começar a considerar que o problema atual de tarifas e disponibilidade em mercados como ferroviário, aéreo, marítimo e rodoviário, mas também em áreas como armazenagem, pode ser agravado consideravelmente no curto prazo, com potencial para ameaçar as ações de certas empresas e causar graves problemas macroeconômicos.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

**Data: 05/10/2021**

## GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

### WORKSHOP DO MINFRA DISCUTE PROPOSTAS PARA MELHORAR TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

Segundo ministro substituto da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, desafio é transformar rios navegáveis em hidrovias efetivas

O ministro substituto da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, ressaltou nesta segunda-feira (4) o principal desafio do Governo Federal relacionado ao transporte hidroviário: tornar os rios navegáveis em hidrovias efetivas. “Precisamos ter a garantia de transporte todo ano. Precisamos que os rios navegáveis se tornem efetivamente hidrovias”, afirmou Sampaio.

Segundo o ministro substituto, foi possível avançar em regulação e investimentos no transporte ferroviário, por exemplo, começando a tirar a predominância da matriz rodoviária no Brasil. Agora, o MInfra trabalha para o mesmo ocorrer com as hidrovias. “Estamos muito otimistas por ver a matriz de transportes se revolucionando e queremos ver o mesmo engajamento no setor hidroviário”, disse.

As declarações ocorreram durante workshop organizado pelo MInfra e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para discutir panorama do setor hidroviário brasileiro. Um dos principais objetivos do encontro é buscar alternativas que possibilitarão a navegabilidade eficiente e aumento da capacidade do transporte de cargas pelos rios navegáveis do Brasil.

**HIDROVIAS** - A hidrovia é uma via de navegação interior, com canal delimitado, sinalizado e com gabarito hidroviário mantido. O Brasil possui um sistema extenso de rios e lagos, dividido em 12 bacias hidrográficas e uma malha hidroviária de 42 mil quilômetros, compostos por 21 mil quilômetros de rios navegáveis e 15 mil quilômetros de trechos potencialmente navegáveis.

Segundo a Antaq, em 2019, foram transportadas 40,3 milhões de toneladas em todas as hidrovias brasileiras. Somente no Rio Tapajós, foram 10,9 milhões de toneladas (27%) e no Rio Madeira, 9 milhões de toneladas (22,4%), ou seja, quase 50% do volume total movimentado.

Assessoria Especial de Comunicação

Ministério da Infraestrutura

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 05/10/2021

### MODELO BRASILEIRO DE CONCESSÃO À INICIATIVA PRIVADA IMPRESSIONA INVESTIDORES NOS EUA

No primeiro dia de roadshow em Nova Iorque, programa do Governo Federal recebeu elogios pela redução da burocracia e a modelagem dos contratos



**Delegação brasileira participa de reuniões com investidores em Nova Iorque - Crédito: Felipe Campos/MInfra**

Apresentado em reuniões durante a segunda-feira (4) em Nova Iorque, o modelo brasileiro de concessões à iniciativa privada da infraestrutura de transportes gerou interesse e gerou elogios de investidores internacionais ao Governo Federal. Este é o resultado do

primeiro dia de roadshow da delegação brasileira nos Estados Unidos da América.

Em cinco dias, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, terá reuniões com interlocutores de mais de 50 instituições do mercado global de investimentos. O objetivo do governo é assegurar R\$ 260 bilhões em aporte privado a longo prazo para o setor de infraestrutura de transportes do Brasil até o fim de 2022.

O primeiro dia do chamado roadshow foi marcado por agendas com executivos da Pátria Investimentos, XP, Goldman Sachs e Macquarie. “Nosso programa está sendo muito bem falado aqui porque já é uma realidade. Nós conseguimos mostrar que aquilo que apresentamos em 2019 avançou, e avançou muito, nesses poucos mais de dois anos”, disse o ministro.

**PARANÁ** – Com aproximadamente R\$ 30 bilhões em recursos sob gestão no Brasil e no exterior, além de 28 anos de atuação no mercado de ativos alternativos, a Pátria mostrou-se especialmente interessada na modelagem de concessão dos mais de 3 mil quilômetros de rodovias no Paraná.

O projeto contará com R\$ 43 bilhões de investimentos privados e antecipa soluções que serão replicadas na maior concessão rodoviária da história brasileira: a relicitação da Via Dutra, junto com a Rio-Santos, com quase R\$ 15 bilhões de investimentos previstos. O leilão está previsto para o início de 2022.

A modelagem de negócios adotada no Paraná e no processo de desestatização de portos – o que inclui a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), neste ano, e o Porto de Santos (SP), o maior da América Latina, em 2022 – chamou atenção do fundo australiano Mcquaire. A instituição administra carteira de projetos estimada em mais de R\$ 1 trilhão e criou um fundo focado em negócios de infraestrutura para Brasil, onde possui escritório, e América Latina.

**DE OLHOS NOS NOVOS TRILHOS** – Os investidores demonstraram muito interesse pelo programa Pro Trilhos, que tem a missão de reequilibrar a matriz de transporte brasileiro a partir da expansão da malha ferroviária até o índice de 40% em 2035. Para tanto, além das concessões tradicionais, o governo brasileiro estabeleceu o instrumento da outorga por autorização ferroviária à iniciativa privada, de forma mais célere e desburocratizada.

O modelo despertou atenção dos executivos da XP Investimentos, um dos maiores fundos mundiais com presença no Brasil, devido aos resultados nas primeiras três semanas de vigência do novo instrumento de autorizações. Foram 14 pedidos de entes privados interessados em construir e operar novas ferrovias no país, somando R\$ 80,5 bilhões em investimentos previstos e 5.360 quilômetros de novos trilhos, cortando 12 unidades da Federação.

Ainda no modal ferroviário, os gestores da Pátria disseram estar 100% convencidos do mérito do programa da Ferrogrão, com seus mais de 900 quilômetros de trilhos entre Sinop (MT) e Miritituba (PA). Trata-se do maior projeto de concessão ferroviária em gestão no Ministério da Infraestrutura, que já nasce com selo verde e possibilidade de acessar o mercado de títulos verdes (green bonds), por ter sido elaborado com a Climate Bonds Initiative (CBI), organização internacional que faz a certificação de iniciativas sustentáveis.

**PROGRAMAÇÃO** – Desde 2019, cerca de R\$ 74 bilhões já foram contratados para o incremento da logística nacional com as concessões de 34 aeroportos, cinco rodovias, seis ferrovias – entre concessões, renovações e investimento cruzado –, 29 arrendamentos portuários, além de autorizações para 99 terminais de uso privado.

E os próximos passos já estão programados. Em outubro e novembro, serão realizados leilões de duas estradas federais (incluindo a nova Dutra) e nove arrendamentos portuários. Em 2022, ocorrem as concessões do Porto de Santos, da Ferrogrão e de mais 16 aeroportos, incluindo Santos Dumont (RJ) e Congonhas (SP).

Nesta terça-feira (5), o ministro segue detalhando a carteira de projetos brasileiros de infraestrutura para representantes da Global Infrastructure Partners (GIP), Standard & Poors e integrantes do Council of the Americas.

Assessoria Especial de Comunicação  
Ministério da Infraestrutura  
*Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF*  
*Data: 05/10/2021*

### **“É O FUTURO DA AVIAÇÃO CIVIL”, DIZ RONEI GLANZMANN SOBRE PPP DA REDE AMAZÔNICA**

Fazem parte do projeto oito aeroportos do Amazonas. Previsão é de R\$ 380 milhões em investimentos da iniciativa privada

O Ministério da Infraestrutura começou, nesta segunda-feira (4), a estruturação da primeira parceria público-privada (PPP) do Governo Federal em infraestrutura de transportes. Fazem parte da proposta oito aeroportos regionais no estado do Amazonas, que serão concedidos à iniciativa privada para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária.

Serão investidos cerca de R\$ 380 milhões a partir de 2022 nos aeroportos de Parintins, Carauari, Coari, Eirunepé, São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Lábrea e Maués. “É o futuro da aviação civil”, destacou o secretário nacional de Aviação Civil, Ronei Glanzmann, que vê na estruturação uma base para implantar o modelo de PPP também em outros estados do Norte.

Desde 2019, o Governo Federal já investiu mais de R\$ 1,4 bilhão no incremento da aviação regional por todo o Brasil, seja através de projetos, compra de equipamentos de navegação aérea ou revitalização dos aeroportos, nas cinco regiões do país. Só no Amazonas, foram cerca de R\$ 200 milhões de investimentos.

Assessoria Especial de Comunicação  
Ministério da Infraestrutura  
*Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF*  
*Data: 05/10/2021*

## **ISTOÉ Dinheiro**

### **ISTOÉ - DINHEIRO**

### **GUEDES CHEGA PARA ENTREGA DE RELATÓRIO DA TRIBUTÁRIA E NÃO FALA COM A IMPRENSA**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou há pouco no Senado Federal para a entrega do relatório da reforma tributária ampla (PEC 110) pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Na chegada, Guedes foi questionado por jornalistas sobre a abertura de um procedimento de investigação pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, para apuração preliminar sobre a atividade de offshores em nome do ministro e do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, mas não respondeu às perguntas. Tecnicamente, o procedimento feito pela PGR é uma “notícia de fato”, uma espécie de “pré-inquérito”, que pode levar à abertura de uma investigação propriamente dita – ou ser arquivada.

Ambos dizem ter declarado a existência das firmas em seus nomes à Receita Federal, conforme os termos da legislação brasileira. Mas especialistas acreditam que a existência das empresas em nome de Guedes e Campos Neto pode ferir o Código de Conduta da Alta Administração Federal e a Lei de Conflito de Interesses.

*Fonte: IstoÉ - Dinheiro*  
*Data: 05/10/2021*

### **RAÍZEN DIZ QUE CONTROLE DE PREÇOS NÃO SERIA RESPOSTA PARA ALTA NOS COMBUSTÍVEIS**

*Por Marta Nogueira*

RIO DE JANEIRO (Reuters) – Uma interferência governamental no mercado de combustíveis no Brasil não seria a resposta para resolver o problema dos atuais altos preços, afirmou o presidente da Raízen, Ricardo Mussa, pontuando que os governantes precisam interferir o mínimo possível.

O presidente da joint venture formada por Shell e Cosan afirmou que “foi muito difícil” quando houve controle de preços no Brasil, e que esse tema é sempre muito sensível quando o país se aproxima de eleições.

“Quando você distorce o mercado, você tira investimento”, disse Mussa, ao ser questionado pelo moderador da mesa sobre qual a mensagem deixaria para o próximo presidente, com a proximidade da eleições em 2022.

“Hoje a gente tem um problema no Brasil que é combustível caro. Eu tenho muito medo de tentar corrigir uma questão de combustível caro, que tem muito mais a ver com imposto, por exemplo, e isso afetar o futuro de um setor tão promissor, tão bom para o nosso país”, afirmou ao participar do evento Shell Talks.

Os comentários foram feitos em meio a recentes queixas de políticos, como as do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), de que a Petrobras deveria ter uma função social, atuando para estabilizar as cotações.

*Fonte: IstoÉ - Dinheiro*  
*Data: 05/10/2021*

### **APÓS CCR ARREMATAR AEROPORTO, ZEMA DEFENDE PRIVATIZAÇÃO COMO MELHOR CAMINHO**

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), defendeu a privatização como o melhor caminho para projetos ligados à infraestrutura, após o leilão do Aeroporto da Pampulha (MG) nesta terça-feira, 5, vencido pela CCR por R\$ 34 milhões e um ágio de 245,29%.

“O Estado adotou nos últimos anos um caminho longe de ser o melhor, temos a tarefa de colocar Minas Gerais nos eixos”, disse ele após o certame.

Segundo o governador, o foco da gestão tem sido equilibrar as contas e “arrumar a casa”. “Tudo que é possível tem sido feito, reduzimos o custeio em 50%, mesmo assim temos um estado com déficit. O fluxo de caixa é previsível, mas as privatizações são fundamentais, a iniciativa privada tem muito mais agilidade e condições de gerir os negócios em comparação ao setor público”, acrescentou.

De acordo com Zema, as privatizações devem contribuir para desafogar as contas públicas. “Com o Estado quebrado, não temos condições de fazer os investimentos necessários nesses negócios.”

*Fonte: IstoÉ - Dinheiro*  
*Data: 05/10/2021*

### **CONGRESSO FRUSTRA PRAZO DE 8 MESES PARA APROVAÇÃO DE REFORMA TRIBUTÁRIA AMPLA**

O Congresso frustrou o prazo para aprovação da reforma tributária estipulado pela cúpula do Legislativo. No dia 4 de fevereiro, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado,

Rodrigo Pacheco (DEM-MG), anunciaram um acordo para aprovar uma ampla mudança no sistema de tributos do País em um prazo de seis a oito meses. O tempo limite se esgotou e nada foi aprovado.

Nesta terça-feira, 5, o senador Roberto Rocha (PSDB-MA) vai apresentar o parecer da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, uma das medidas em tramitação no Congresso.

Não há nenhuma garantia, no entanto, que a alteração vai ser aprovada. A PEC ainda não está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Mais cedo, o próprio presidente do Senado se antecipou e citou uma série de obstáculos para a reforma tributária. As divergências entre setores empresariais, a resistência de municípios maiores com eventuais perdas na arrecadação do ISS e o ano pré-eleitoral estão entre os impasses.

Pacheco evitou garantir a votação neste ano. "Isso tudo dificulta a discussão, mas não podemos deixar de ter propósito", afirmou Pacheco, manifestando apoio à PEC 110.

Sem uma reforma tributária ampla, a cúpula do Congresso negocia a reforma do Imposto de Renda e o novo Refis até o fim de 2021.

Enquanto o projeto do IR foi aprovado na Câmara e aguarda votação no Senado, o Refis passou pelo Senado e ainda não andou na outra casa.

Nos bastidores, a percepção é que uma reforma ampla "subiu no telhado" e que haverá intensa negociação para alterações desses dois projetos mais específicos.

*Fonte: IstoÉ - Dinheiro*  
*Data: 05/10/2021*

## PETRÓLEO BRENT TEM MÁXIMA DE 3 ANOS APÓS OPEP+ MANTER RUMO DO PLANO DE PRODUÇÃO

*Por Shadia Nasralla*



LONDRES (Reuters) – Os contratos futuros do petróleo Brent atingiram uma nova máxima de três anos nesta terça-feira, com o barril nos EUA (WTI) perto dos picos de 2014, depois que o grupo de produtores Opep+ decidiu manter seus aumentos de produção planejados em vez de bombear ainda mais.

***Plataforma petrolífera em Midland, no Texas, EUA.***

A Opep+ concordou em julho em aumentar a produção em 400.000 barris por dia (bpd) a cada mês até pelo menos abril de 2022 para eliminar gradualmente 5,8 milhões de bpd dos cortes de produção existentes.

O petróleo Brent subiu mais de 1% para 82,39 o barril por volta das 10h45 (horário de Brasília). O petróleo nos EUA subiu 1,2% a 78,61 dólares.

Os preços do petróleo já subiram mais de 50% este ano, aumentando as pressões inflacionárias em nações consumidoras de petróleo, como os Estados Unidos e a Índia, preocupadas se os valores altos poderão afetar a recuperação das economias.

*Fonte: IstoÉ - Dinheiro*  
*Data: 05/10/2021*



## MONEYTIMES

### MONEYTIMES

#### SUZANO VÊ PRODUÇÃO DE PAPEL CARTÃO DISPARAR COM CANUDOS E COPOS DE PAPEL EM RESTAURANTES

Informação: Moneytimes (5 de outubro de 2021 )



**A Suzano, que opera três fábricas de papel, passou a converter “uma pequena parte” de suas operações que fazem papel para se escrever para a fabricação de papel cartão (Imagem: YouTube/Suzano)**

A Suzano (SUZB3), a maior produtora de celulose do mundo, começou a mudar parte da produção de papel de impressão e escrever em suas fábricas para fazer mais papel cartão que se

tornou altamente valorizado no país.

A mudança foi desencadeada pela demanda crescente por produtos à base de papel cartão branco que é usado em embalagens de medicamentos, cosméticos e alimentos, disse Fabio Almeida Oliveira, diretor de papel e embalagens da empresa, em entrevista.

A Suzano, que opera três fábricas de papel, passou a converter “uma pequena parte” de suas operações que fazem papel para se escrever para a fabricação de papel cartão, sem revelar a capacidade convertida.

A pandemia gerou novos hábitos de consumo, incluindo o aumento da entrega de alimentos e do comércio eletrônico e uma rápida aceleração da substituição de embalagens plásticas por embalagens feitas de papel.

Mesmo com a reabertura de restaurantes após as restrições impostas pelo Covid-19, a Suzano está vendendo mais canudos e copos de papel.

Essas tendências impulsionaram um crescimento inesperado de 27% na demanda pelo papel cartão da empresa neste ano até julho, segundo Oliveira.

“Isso está bem acima de qualquer uma de nossas expectativas”, disse ele.

A Suzano, que escoava um terço de sua produção de papel cartão, agora está desviando mais para o mercado interno, segundo o executivo.

A mudança ocorre quando alguns países, incluindo os EUA, estão ficando sem papel de impressão devido a gargalos na cadeia de suprimentos, o que, segundo Oliveira, impedem que regiões com escassez importem dos países com superávit.

Apesar dos gargalos de logística, o segmento global de papel para escrever e imprimir ainda está com excesso de oferta, o que significa que sua perspectiva de longo prazo é de declínio devido à digitalização em andamento, disse Oliveira. Isso é um bom presságio para sua mudança para um papelão mais pesado.

“Nossa conversão para papel cartão tende a crescer ano a ano”, disse ele.

Fonte: MoneyTimes

Data: 05/10/2021

### CNT E ANFAVEA DEFENDEM MISTURA DE BIODIESEL DE 10% E ABIOVE VÊ 'ATAQUE' COORDENADO

Por Reuters



**“O biodiesel tem características diferentes do diesel, que exigem, sim, algumas mudanças de práticas, e cabe a quem está na cadeia adotar essas práticas” (Imagem: Reuters/Regis Duvignau)**

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) e a associação que representa as montadoras de veículos, a Anfavea, defenderam nesta terça-feira, em audiência no Senado, que a mistura de biodiesel no diesel seja fixada em 10%, citando que níveis acima desse índice geram problemas para os motores.

Isso significaria uma redução ante os 13% que poderiam estar vigorando pela lei neste ano, conforme regra que prevê aumentos graduais na mistura de biodiesel.

O patamar de 10% é o que está em vigor para o bimestre novembro e dezembro, após o governo reduzir a mistura devido aos altos custos do produto, na esteira da forte demanda por soja, que responde por mais de 70% da matéria-prima do biodiesel no Brasil.

“A CNT está defendendo manutenção de 10%, que é o que está agora”, afirmou o diretor-executivo da CNT, Bruno Batista, durante a audiência.

“Acreditamos na mediação do Parlamento... não adianta negar o problema, precisamos fazer política de forma que seja favorável ao país”, acrescentou ele.

Segundo a CNT, a mistura maior de biodiesel gera problemas como o entupimento de filtros, bicos injetores, formação de resíduos em tanques de combustíveis, além de borra no cárter e dificuldades na partida a frio.

Questionada pela Reuters se busca mudar a legislação, a CNT afirmou que “está trabalhando politicamente para solucionar o problema” e que uma das intenções “é fazer o pedido formal” de mudança.

O diretor técnico da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea), Henry Joseph Junior, também defendeu a manutenção da mistura de 10%.

“A Anfavea entende que o uso com teores superiores a 10%, com a qualidade e especificações técnicas atuais, não é recomendável”, afirmou Joseph, lembrando que o processo de testes para uma mistura maior, anteriormente, foi atropelado.

Ele disse ainda que outras rotas tecnológicas de produção de biocombustíveis estão sendo adotadas com sucesso na Europa.

O presidente da Fecombustíveis, Paulo Miranda, destacou durante o evento que o setor de postos, como consequência dos problemas do biodiesel, enfrenta reclamações frequentes de caminhoneiros pela qualidade do produto.

“Reclamações são frequentes e muitas vezes os postos são processados por proprietários de caminhões.”

#### Produtores Rebatem

Também presente na audiência, o presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), Fernando Cadore, disse que é preciso melhorar a qualidade e evoluir com as tecnologias, mas não se pode tomar medidas que limitem a produção de biodiesel, como as defendidas por CNT e Anfavea.

“Limitar a incorporação de biocombustíveis não seria uma ação inteligente, pois estaríamos desestimulando a produção”, declarou ele, durante a audiência.

Ele admitiu que o custo do biocombustível ficou “um pouco mais alto” proporcionalmente, diante da queda do petróleo durante a pandemia, mas que isso deve ser equalizado, à medida que o combustível fóssil está subindo novamente.

O presidente da Aprosoja lembrou que o Brasil é fortemente dependente das exportações de soja, especialmente para a China, e limitar o processamento da oleaginosa no país pode afetar a cadeia produtiva.

Do processamento, a indústria produz farelo de soja, importante ingrediente da ração destinada a criações da indústria de carnes, além do óleo, demandado para produzir o biodiesel e consumido para fins alimentícios.

Na mesma linha, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), André Nassar, afirmou que a discussão deve ser em torno de melhorar a qualidade e não de reduzir a mistura.



***Na verdade, não se trata de questão de qualidade e sim de fixar o biodiesel em um nível abaixo, de prejudicar um setor que está trazendo mudanças num mercado de combustível (Imagem: REUTERS/Marcos Brindicci)***

“O biodiesel tem características diferentes do diesel, que exigem, sim, algumas mudanças de práticas, e cabe a quem está na cadeia adotar essas práticas”, afirmou, ressaltando que há seis etapas pelas quais passam o biocombustível após o produtor.

“Os produtores disseram que estão dispostos a trabalhar com o restante da cadeia para implementar essas práticas, mas fomos ignorados.”

Nassar pontuou ainda acreditar que o biodiesel está “sofrendo um ataque” e que a definição de percentuais de misturas cabe ao governo federal, que fixou percentuais como parte de uma política pública.

“Foi formada uma coalizão, a meu ver, (reunindo grupos) que nem poderiam estar juntos, porque o tamanho dos setores que estão ali, a mim gera preocupação até do ponto de vista concorrencial, com discurso totalmente preparado, estruturado, isso não está correto.”

Nassar frisou ainda que procurou várias das organizações que formaram tal coalizão, e que nenhuma delas se interessou em conhecer o programa de especificação de qualidade da Abiove.

“Na verdade, não se trata de questão de qualidade e sim de fixar o biodiesel em um nível abaixo, de prejudicar um setor que está trazendo mudanças num mercado de combustível.”

**Fonte: MoneyTimes**  
**Data: 05/10/2021**



## AGÊNCIA SENADO DE NOTÍCIAS – DF

### PRECATÓRIOS E CRISE HÍDRICA SÃO DESAFIOS A CURTO PRAZO PARA RETOMADA, APONTAM ECONOMISTAS



*Styvenson Valentim (Podemos-RN) preside a audiência da comissão temporária de acompanhamento do combate à covid; entre os participantes, Henrique Meirelles, secretário da Fazenda de SP – Foto: Pedro França/Agência Senado*

Especialistas convidados pela Comissão Temporária da Covid-19 apontam a reforma do Imposto de Renda, a situação fiscal — que inclui os precatórios — e as crises hídrica e energética como grandes desafios de curto prazo para a retomada do crescimento econômico. Eles

participaram nesta segunda-feira (4) de uma audiência pública, sob o comando do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), sobre as medidas a serem tomadas para mitigar a crise no pós-pandemia.

Ex-ministro da Fazenda e atual secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles apontou outros dois problemas a serem superados até o ano que vem: as incertezas políticas, comuns em anos eleitorais, como 2022, e as incertezas orçamentárias.

— É preciso escolher prioridades para que se respeite o teto. O teto foi feito justamente para isso, definição do que é mais importante. Isso é essencial no planejamento público — afirmou.

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) manifestou descrença na realização de reformas relevantes e disse ter medo de um populismo fiscal por parte do governo no ano de eleições que está por vir.

— Temos hoje reforma do Imposto de Renda que sinceramente não sei se será votada esse ano ou não. Temos também uma reforma mais ampla, mas não vejo empenho por parte do Ministério da Economia, que, no fundo quer mesmo uma reforma fatiada; quer muito mais um remendo e criar mais um imposto sobre lucros e dividendos — avaliou.

O senador Esperidião Amin (PP-SC), por sua vez, disse ser preciso respeitar o teto de gastos, mas que em relação aos investimentos, principalmente em infraestrutura, poderia haver uma flexibilização. O parlamentar também defendeu o que chama de reindustrialização inteligente.

— Reindustrialização inteligente não é proibir importação, é reduzir dependência externa. E, para isso, nós temos que ter coragem. Se o Congresso não é confiável, vamos trocar os congressistas; mas nós temos que ter a capacidade de investir seletivamente — avaliou.

#### **Taxa de crescimento**

Para Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), a fragilidade da política fiscal continua sendo o problema crucial para o governo. Ele explicou que o quadro de baixo dinamismo combinado com pressão inflacionária leva o Banco Central a aumentar a taxa de juros, e isso produzirá feitos importantes no ano que vem.

— Com o juro médio mais alto, as decisões de investimento, de consumo e de tomada de crédito vão provavelmente minguar. E é por isso que as projeções de mercado têm apontado taxas de crescimento muito mais baixas para o ano que vem, na faixa de 0,5% a 1,5% para 2022. Nossa

projeção atual, no cenário base, que é o mais provável, é em torno de 1,7%, mas com viés de baixa. Provavelmente será um crescimento menor — previu.

O economista fez críticas ao PL 2.337/2021 que altera o Imposto de Renda e está em tramitação no Senado. Para ele, a proposta já saiu da Câmara com problemas e terá efeito líquido negativo para o erário.

— Isso preocupa, porque o projeto vem sendo defendido pelo governo como uma forma de compensar o aumento de gastos sociais. O que não é plausível, porque o projeto é negativo em si, quer dizer, não sobriam recursos para financiar o novo programa social ou mesmo o aumento do Bolsa Família. Outras formas de financiamento terão que ser encontradas e, sobretudo, o caminho difícil, que é o corte de gastos — disse Salto.

### Orçamento

O consultor de Orçamento do Senado Fernando Moutinho disse que o pior da pandemia de covid-19 pode ter acabado, mas ficaram os estragos graves e o esforço de reconstrução é enorme.

— Temos uma demanda gigantesca para reconstrução. Não dá pra varrer para debaixo do tapete. Ou se reconstrói ou se continua a gastar com o que sempre se gastou. Ou seja, temos novas e cruciais emergências. Mas o mecanismo orçamentário tem meios para lidar com isso — declarou.

Um dos meios, segundo ele, é a realocação de verbas. Conforme o especialista, para 2022 estão previstos R\$ 70 bilhões “absolutamente privilegiados”, que têm alocação garantida. Para ele, apesar de legítimos, são questionáveis: R\$ 8,4 bilhões para fundos constitucionais; R\$ 24 bilhões para o BNDES; R\$ 1 bilhão para fundo partidário; R\$ 10 bilhões para fundo eleitoral; R\$ 26,3 bilhões para o Sistema S.

— Será que o mecanismo orçamentário não consegue enxergar ou apontar a necessidade de uma realocação emergencial, a curto prazo, ainda que seja por algum período, para esses processos de reconstrução, a fim de atender essas emergências pandêmicas ou não? — indagou.

### Trabalhadores

Na análise do presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio de São Paulo, José Pastore, um dos efeitos devastadores da pandemia se deu no rendimento médio real dos trabalhadores, que tem caído de forma acentuada, refletindo diretamente no consumo. Para piorar, a renda do trabalhador tem sido corroída pela inflação.

Pastore observou também que, enquanto a economia não tiver uma retomada consistente, muitas empresas continuarão em dificuldades e precisarão ainda de benefícios como a suspensão dos contratos e redução de jornada.

— No mercado de trabalho, o quadro exige reconstrução que levará vários anos, não há bala de prata para inverter o quadro. Emprego depende de investimento, crescimento e educação, que são três coisas comprometidas no Brasil de hoje — analisou.

Pastore ainda sugeriu investimento em infraestrutura, visto que os recursos investidos no setor tem efeito multiplicador grande. Ele apontou a importância de projetos nas áreas de transporte, energia, saneamento e telecomunicações. E mencionou o plano de investimentos implementado pelo presidente norte-americano Joe Biden nos Estados Unidos.

### Relatório

No fim da reunião, o vice-presidente da comissão, Styvenson Valentim (Podemos-RN) pediu a colaboração dos demais integrantes do colegiado para que compareçam na votação do relatório final, previsto para 25 de outubro. O relator é o senador Wellington Fagundes (PL-MT).

*Fonte: Agência Senado de Notícias - DF*

*Data: 05/10/2021*



### AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

## CNODC NÃO EXERCE OPÇÃO DE COMPRA DE ADICIONAL DO EXCEDENTE DE BÚZIOS

*Por epbr - 5 de outubro de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter*

**Contato da redação**  
[epbr@epbr.com.br](mailto:epbr@epbr.com.br)

AO VIVO | SHELL TALKS 2021: Estamos ao vivo com o painel A nova lei do gás: a abertura do mercado e oportunidades de negócios: <https://bit.ly/3lcq5wF>

#### em jogo

A CNODC Brasil Petróleo e Gás não manifestaram interesse na compra de parcela adicional, de 5%, no Contrato de Partilha de Produção do Excedente da Cessão Onerosa para o campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, informou a Petrobras nessa segunda (4/10).

— Assim, após a conclusão da operação de compra de parcela adicional de 5% pela CNOOC Petroleum Brasil, a Petrobras passará a deter 85% dos direitos de exploração e produção do volume excedente da cessão onerosa de Búzios. A CNOOC deterá 10%, e a CNODC, 5%.

— Já as participações na jazida compartilhada de Búzios, incluindo as parcelas do Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Concessão BS-500 (100% Petrobras), serão de 88,99% da Petrobras, 7,34% da CNOOC e 3,67% da CNODC.

— O impacto na curva de produção da Petrobras só iniciará após o fechamento da transação, não sendo esperado impacto na meta de produção de 2021.

— A Petrobras lembra ainda que a efetividade da transação com a CNOOC está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), da ANP e do Ministério de Minas e Energia (MME).

— Búzios é o segundo maior produtor de petróleo e gás natural do Brasil, ficando apenas atrás de Tupi (ex-Lula), também na Bacia de Santos. Em agosto, segundo dados da ANP, o campo produziu 669,3 mil barris de óleo equivalente (boe) por dia.

— No mês passado, a SBM Offshore garantiu um empréstimo-ponte de US\$ 635 milhões para o financiamento da construção do FPSO Almirante Tamandaré, que deverá começar a operar em Búzios a partir do segundo semestre de 2024.

— O FPSO Almirante Tamandaré vai ser a maior plataforma para produção de óleo e gás já instalada no Brasil, com capacidade de produção para 225 mil barris/dia de petróleo e 12 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural.

— O contrato de afretamento do FPSO por 26 anos foi assinado entre a SBM Offshore e a Petrobras no final de julho.

Veja a programação do Shell Talks nesta terça:

Assista em [youtube.com/epbrasil](https://youtube.com/epbrasil)



**9h às 10h** | A nova lei do gás: a abertura do mercado e oportunidades de negócios

- Alexandre Cerqueira (gerente de Assuntos Regulatórios da Shell Energy Brasil),
- Fernanda Delgado (professora e pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas – FGV Energia),
- Sylvie D’Apoite (diretora executiva de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo – IBP).

Moderação: Fábio Palmigiani (Upstream)

10h15min às 11h15min | Shell Energy: mesa redonda com clientes

Arthur Berbert (desenvolvedor de Negócios de Gás da Shell Energy Brasil),  
Fabricio Bomtempo (diretor Comercial e Técnico na Copergás),  
Ovidio Quintana (diretor Comercial e Regulatório na Transportadora Associada de Gás – TAG)  
Moderação: Fábio Palmigiani (Upstream)

**14h às 15h15min** | Biocombustíveis e o futuro da mobilidade urbana

- Ricardo Mussa (CEO da Raízen),
- Gonçalo Pereira (professor da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp),
- Plinio Nastari (presidente da Datagro)

Moderação: Agostinho Vieira (Projeto Colabora)

**16h às 17h15min** | Oportunidades e desafios para o negócio de Upstream num Brasil em transição

- Cristiano Pinto da Costa (vice-presidente executivo da Shell Brasil),
- Fernando Borges (diretor executivo de Exploração e Produção da Petrobras)

Moderação: Felipe Maciel (epbr)

**18h às 19h15min** | Soluções baseadas na natureza e os mercados de carbono

Alejandro Segura (gerente-geral de Soluções Baseadas na Natureza da Shell para a América Latina),  
Clarissa Lins (sócia fundadora da Catavento Consultoria),  
Eduardo Bastos (diretor de Sustentabilidade da Bayer para a América Latina),

Moderação: Pedro Dória (O Globo)

Ações de estatais podem bancar combustíveis... Em apresentação durante evento promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nessa segunda (4/10), o ministro da Economia, Paulo Guedes, citou a possibilidade de o governo vender ações de estatais, entre elas a Pré-Sal Petróleo (PPSA), para alimentar um fundo de estabilização de preços dos combustíveis.

— “Agora está se discutindo, vamos fazer fundo de estabilização, como podemos fazer isso... Podemos integralizar esse fundo de estabilização com ações da PPSA, com ações que o BNDES tenha da Petrobras, como integralizar esse capital”, disse.

— A equipe econômica já tinha estudado uma “privatização” da PPSA. A estatal entrou na lista de privatizações prioritárias de Guedes, junto com Eletrobras, Correios e Porto de Santos, mas na verdade o que se estudava eram formas de antecipar a liquidação dos ativos (o óleo da União) sob controle da PPSA, que não avançou.

— No ano passado, Guedes chegou a dizer que a gestão privada dos contratos administrados pela estatal poderia render até R\$ 500 bilhões em arrecadação para a União. Os recursos poderiam bancar programas sociais ou pagar a ‘conta’ da pandemia, defendeu o ministro da economia.

— O fundo de estabilização dos preços é a aposta do governo para diminuir a temperatura do debate sobre a alta dos combustíveis. A criação do fundo é prometida desde o início do ano pelo ministro de Minas e Energia, mas a proposta não andou.

— Áreas técnicas do governo fizeram ressalvas à operacionalização da medida, que precisaria de aportes iniciais robustos para atingir um valor relevante de subsídio.

— Após criticar a política de preços da Petrobras e o ICMS cobrado pelos estados, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL) citou a criação do fundo de estabilização como alternativa à escalada dos valores dos combustíveis.

... mas dividendos são descartados Por outro lado, o governo desistiu de incluir dividendos da Petrobras na proposta que cria o fundo de compensação à alta de combustíveis. A ideia é que o fundo seja composto por recursos da própria área, mas sem avançar sobre os dividendos, o lucro distribuído a acionistas da empresa, para não implicar o uso de recursos do Tesouro e não virar alvo de questionamentos de investidores estrangeiros da estatal.

— Há uma minuta de texto em construção na Casa Civil com o objetivo de suavizar o preço na bomba de combustíveis e que prevê tanto mudanças no ICMS quanto a criação do fundo. CNN Brasil

Manati volta a produzir O campo de Manati, na Bacia de Camamu, no litoral da Bahia, voltou a produzir nesse domingo (3/10), após a conclusão do reparo do duto entre a estação de compressão e a estação de tratamento de gás.

— Em 27 de setembro, a produção de Manati havia sido interrompida de forma preventiva, em razão de um pequeno vazamento de gás. A média de produção do campo em setembro estava em 3,1 milhões de m<sup>3</sup>/dia.

— A Petrobras é a operadora de Manati (35% de participação), tendo como sócias a Enauta Energia (45%) e a Gas Bridge (20%).

— Em 16 de agosto de 2020, a Enauta anunciou um acordo de venda de sua participação para a Gas Bridge. Os atos necessários para a conclusão do contrato devem ser realizados até 31 de dezembro de 2021.

— No ano passado, a Gas Bridge adquiriu as participações da Petro Rio (10%) e da Geopark (10%) em Manati.

— A Petrobras também anunciou sua intenção de vender sua parte no ativo.

Lava Jato A Petrobras concluiu as obrigações do acordo assinado com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) em 27 de setembro de 2018, que por isso foi encerrado. Pelos acordos com o DoJ e a U.S. Securities and Exchange Commission (SEC), a Petrobras pagou US\$ 853,2 milhões (10% como multa criminal para o DOJ, 10% como multa civil para a SEC e 80% para pagamentos às autoridades brasileiras).

— A Petrobras ainda se comprometeu com o aprimoramento de seus controles internos e concordou em cooperar com as agências americanas, incluindo a prestação de informações em relatórios anuais ao DoJ. O acordo também reconheceu que a Petrobras foi vítima dos esquemas de corrupção desvendados pela Justiça brasileira.

— O acordo de não acusação relacionado a controles internos, registros contábeis e demonstrações financeiras da Petrobras no período de 2003 a 2012 previa obrigações a serem cumpridas pela companhia.



— A Petrobras informou que vai continuar buscando o ressarcimento dos prejuízos sofridos em atos de corrupção levantados pela Operação Lava Jato. A companhia é coautora do Ministério Público Federal e da União em 21 ações de improbidade administrativa, além de ser assistente de acusação em 81 ações penais.

— A petroleira já recebeu mais de R\$ 6,0 bilhões, a título de ressarcimento, incluindo valores que foram repatriados da Suíça por autoridades públicas brasileiras.

Petrobras vende campos no Golfo do México Petrobras lançou o teaser de venda da participação de 20% detida pela sua subsidiária Petrobras America Inc. (PAI) na MP Gulf of Mexico, LLC (MPGoM), com sede no Texas, EUA, e detentora de campos offshore no Golfo do México.

— A MPGoM é uma joint venture formada por Murphy Exploration & Production Company (80%) e PAI (20%). Foi criada em outubro de 2018, com o aporte de todos os ativos de petróleo e gás natural em produção no Golfo do México de ambas as empresas.

— A MPGoM possui participação como operadora ou não-operadora em 14 campos offshore no Golfo do México. A parcela Petrobras da produção dos campos, no 1º semestre de 2021, foi de 11,3 mil bpd de óleo equivalente.

Brent supera máxima de três anos O petróleo saltou para um pico de três anos nessa segunda (4/10), depois que a Opep+ confirmou que manteria sua política de produção atual, apesar da pressão de alguns países por um aumento maior na produção.

— O Brent fechou em alta de 1,98 dólar, ou 2,5%, para 81,26 dólares o barril. A commodity subiu 1,5% na semana passada, no quarto ganho semanal consecutivo, e voltou às máximas vistas pela última vez em 2018.

— Já o WTI fechou em alta de 1,74 dólar, ou 2,3%, para 77,62 dólares o barril, após ganhos nas últimas seis semanas, tendo atingido sua máxima desde 2014.

— A decisão da Opep de aumentar a produção gradualmente fez com que os preços subissem bruscamente, aumentando pressões inflacionárias que nações consumidoras temem que atrapalhe a recuperação econômica após a pandemia. Reuters

Vazamento de petróleo na costa da Califórnia Autoridades da Califórnia classificaram como uma “catástrofe ambiental” o derramamento de 480 mil litros de óleo cru de pós-produção que começou na manhã de sábado (2/10) de um oleoduto da Beta Offshore, subsidiária da Amplify Energy Corporation, empresa sediada no Texas.

— Martyn Willsher, diretor-geral da Amplify, disse que a empresa havia alertado a Guarda Costeira dos EUA no sábado, quando suas equipes detectaram um possível vazamento. A empresa enviou um veículo comandado remotamente para examinar “mais de 2.400 metros de dutos [...] Vimos um ponto que acreditamos que é muito provavelmente a fonte” do vazamento, disse nessa segunda (4/10).

— “Os mergulhadores vão verificar o local esta tarde (de segunda)”, acrescentou Willsher, dizendo ainda que nenhuma das inspeções anuais do oleoduto detectou qualquer sinal de desgaste nos tubos.

— Aves e peixes mortos, alguns com resquícios de óleo, apareceram nas praias de Huntington Beach. Estas foram fechadas pelas autoridades, que pediram a todos os moradores que se mantivessem longe das águas contaminadas, o que representa um duro golpe para a localidade, que também é conhecida como “Cidade do Surfe”.

— As praias poderão permanecer fechadas “durante semanas, até meses”, advertiu a prefeita Kim Carr, ao acrescentar que temia um “potencial desastre ecológico” para a região.

— No total, 24 quilômetros da costa ao sul de Los Angeles foram fechados, de Huntington Beach a Laguna Beach, e as autoridades também suspenderam a pesca na região. AFP

PPSA realiza 4º Fórum Técnico em novembro O 4º Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo será transmitido ao vivo pelo canal da epbr no Youtube a partir das 8h30 do dia 24 de novembro. O evento vai apresentar a nova edição do estudo “Estimativa de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção”, elaborado anualmente pela área de Planejamento Estratégico da companhia, e discutir inovações em desenvolvimento no pré-sal.

— O estudo vai demonstrar a expectativa de produção para os contratos de partilha, além da estimativa de arrecadação com participações governamentais, que inclui a comercialização da parcela de óleo da União, royalties e impostos federais no horizonte de 2022 a 2031. Também será revista a projeção de investimentos para o período.

— O fórum também debaterá a coparticipação, novo instrumento jurídico que passou a vigorar no pré-sal com a entrada da operação de Búzios em regime de partilha de produção e que também será adotado em Atapu e Sépia, áreas que irão a leilão na Segunda Rodada de Volumes Excedentes da Cessão Onerosa, em dezembro.

— O evento contará ainda com representantes das empresas que atuam no pré-sal para debater as iniciativas para redução de emissões e avanços na transformação digital.

GSK investe R\$ 4 milhões em energia solar A farmacêutica britânica GSK passou a operar uma usina fotovoltaica em sua sede, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, projeto cuja implantação começou em 2020. São 760 painéis, totalizando 450 MWh/ano de potência, numa área de 2.350 m². O investimento total na planta chega a R\$ 4 milhões.

— Nesta primeira fase, a estimativa é reduzir em 5% o consumo de energia elétrica e 54 toneladas de emissão de CO2 ao ano. A energia gerada será utilizada em processos de produção na fábrica da GSK no país. Nos próximos anos, o espaço para incorporar mais placas de captação será ampliado.

— O Brasil é o primeiro país da América Latina onde a GSK vai usar energia solar no processo produtivo. “Reconhecemos a importância de investir em fontes renováveis de energia em benefício do planeta e da sociedade. Estamos em busca de aprimoramento e esperamos servir de exemplo para outras iniciativas sustentáveis”, afirma o presidente da GSK no Brasil, André Vivan.

— No Brasil, além do uso de 100% de energia de fonte limpa até 2025, espera-se uma redução de 20% no consumo de água e emissões líquidas de Gases do Efeito Estufa (GEE) até 2030.

Renova Energia encerra disputa arbitral com GE A Renova Energia encerrou na última sexta (1º/10) a disputa arbitral com GE Energias Renováveis pelo fornecimento aerogeradores para o Complexo de Energia Eólica Alto Sertão III, Fase A, na Bahia. A arbitragem foi instalada em dezembro de 2019 na Câmara de Comércio Internacional (CCI).

— Com o fim da disputa, a GE segue fornecendo equipamentos e serviços para o complexo, que tem 100% das turbinas fornecidas pela fabricante. Os equipamentos instalados inicialmente eram da fabricante Alstom, que foi comprada pela GE em 2016.

— O complexo começa a operar em novembro e terá capacidade de gerar 432,7 MW, energia suficiente para abastecer entre 900 mil e 1 milhão de residências. Até dezembro, 40 unidades de geração estarão em operação. As 155 turbinas instaladas estarão em pleno funcionamento em abril de 2022. A rede irá operar conectada ao sistema de distribuição da Chesf.

— Alto Sertão III Fase A conta com 155 torres eólicas, distribuídas em 26 projetos, em seis municípios baianos: Caetité, Igaporã, Pindaí, Licínio de Almeida, Riacho de Santana e Guanambi. Tem ainda quatro subestações e 208 km de linhas de transmissão.

— “Esta é mais uma etapa importante no processo de recuperação e de retomada das nossas operações”, diz Marcelo Milliet, CEO da Renova energia.

Shell mira mercado livre e regulado A Shell vê no mercado livre o principal vetor de sua expansão no setor elétrico, disse nessa segunda (4/10) o diretor de renováveis e soluções de energia da companhia no Brasil, Guilherme Perdigão, durante o Shell Talks, transmitido pelo canal da epbr no YouTube. No entanto, a empresa também mira novas oportunidades de negócios nos leilões de energia no ambiente regulado.

— O executivo destacou que o Brasil está entre os quatro mercados prioritários nos esforços globais da empresa de zerar emissões líquidas de carbono até 2050, ao lado dos EUA, Europa Ocidental e Austrália.

— Em setembro, a companhia lançou a marca Shell Energy Brasil, focada na transição energética para uma economia de baixo carbono, e anunciou investimentos de R\$ 3 bilhões até 2025, no país, em negócios integrados de energia, com foco em gás natural, solar e eólica.

— A empresa ainda anunciou joint venture com a Gerdau para a construção do primeiro parque de geração solar da petroleira no Brasil. Aquarii (MG) terá capacidade de 190 MW. Metade da energia gerada será comercializada pela Shell Energy no mercado livre, enquanto a outra metade abastecerá as unidades de produção de aço da Gerdau. Valor

MP da crise hídrica não vai impactar tarifas, diz relator O relator da Medida Provisória 1055, da crise hídrica, Adolfo Viana (PSDB/BA), garantiu que o seu texto não terá impacto nas tarifas de energia dos consumidores brasileiros. Na sexta (1º/10), Viana protocolou um texto que incluiu medidas para financiar a construção de gasodutos por meio dos encargos de transmissão na conta de energia, prevê mudanças no Proinfa e também a extensão de benefícios para o setor de carvão mineral.

— Em entrevista à epbr, Viana explicou que a decisão sobre incluir as obras de gasodutos na conta de luz será dos órgãos competentes, como a Aneel, o que prescindirá de uma avaliação técnica.

— “Hoje a linha de transmissão é construída e já é paga pelos consumidores. O que estamos propondo é que os gasodutos tenham o mesmo estímulo que o setor de transmissão”, defende. Mas, segundo o deputado, a remuneração pelo gasoduto será feita exclusivamente para a geração de energia em termelétricas.

— Viana diz não ter tido acesso aos cálculos feitos por associações como a Abrace, de grandes consumidores, que estimam um impacto de R\$ 33 bilhões nas contas de luz com a inclusão dos gasodutos nas tarifas.

— A proposta de Viana sofre resistência no Senado. O senador Renan Calheiros (MDB/AL) anunciou que irá ao Tribunal de Contas da União (TCU) denunciar e pedir investigação sobre as medidas.

— O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) já vetou uma medida similar no passado — o Brasduto –, em um acordo negociado no Senado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), quando o a medida entrou em um projeto de lei do setor elétrico.

— Por outro lado, a proposta é alinhada com sugestões derrotadas do deputado federal Elmar Nascimento (DEM/BA) e do senador Eduardo Braga (MDB/AM) na tramitação da nova Lei do Gás, em 2020, quando os parlamentares defenderam a inclusão de medidas para viabilizar a

contratação de térmicas e construção de gasodutos. Também já foi defendida, conceitualmente, pelo diretor da Aneel, Efraim Cruz.

— Diferente do que foi feito com outras medidas provisórias, ainda não há acordo prévio entre a Câmara e o Senado sobre a tramitação da MP 1055

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 05/10/2021*



### JORNAL O GLOBO – RJ

#### COMBUSTÍVEIS: PARA REDUZIR PREÇO FINAL, LIRA PROPÕE QUE ICMS SEJA CALCULADO COM BASE NO VALOR DOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

Atualmente, o cálculo do tributo é baseado no preço dos últimos 15 dias. Se aprovada, medida reduziria valor do tributo em 8%, segundo presidente da Câmara

*Por Bruno Góes, Manoel Ventura e Geralda Doca*



**Posto de combustível em Pernambuco Foto: Agência Enquadrar / Agência O Globo**

BRASÍLIA — Em conversa com deputados da oposição, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), apresentou nesta terça-feira os fundamentos da proposta que visa a redução do preço dos combustíveis. Ele quer votar, de preferência ainda nesta terça-feira, um projeto que muda a forma como o ICMS é calculado.

O texto defendido por Lira altera o prazo para o cálculo do preço usado por cada estado para definir o ICMS cobrado sobre a gasolina, o diesel e o etanol. Não haveria mudanças nas alíquotas.

O imposto seria calculado a partir da variação do preço dos combustíveis nos dois últimos anos. Segundo Lira, haveria uma redução imediata de 8% no preço final aos consumidores. Hoje, a regra leva em conta a média dos preços dos últimos de 15 dias.

O ICMS sobre os combustíveis é cobrado considerando uma alíquota — que varia por estado — sobre o preço do produto. Para definir esse preço, os estados fazem uma pesquisa quinzenal nos postos.

A avaliação é que um período mais alongado para a definição do preço permitiria que mais pontos de observação fossem considerados, o que reduziria o impacto de oscilações pontuais e daria mais regularidade à arrecadação do tributo para os estados.

Ou seja, um aumento muito rápido no barril de petróleo ou do dólar não teria um impacto imediato sobre o ICMS, como é hoje.

Durante a reunião, deputados de oposição pediram que o texto só fosse votado na próxima quarta-feira. Eles querem tempo para estudar a proposta. Lira disse ainda que já tem apoio de vários líderes, e fez um aceno sobre um possível adiamento da análise do projeto, mas a decisão ainda não foi tomada.

Na reunião, Lira não especificou qual seria a perda de arrecadação dos estados. Entretanto, a redução no preço final do produto é um forte indicativo que os estados vão perder arrecadação.

Essa proposta de alteração no cálculo do ICMS é semelhante à apresentada pelo Ministério de Minas e Energia no ano passado, mas que não foi adiante por resistência dos estados.

Ao mesmo tempo em que mantém a autonomia dos entes federativos para definição de alíquotas e regramento do tributo, gera maior previsibilidade no preço dos combustíveis, segundo defensores da proposta.

O Comsefaz, que reúne os secretários estaduais de fazenda é contra o projeto e deve se pronunciar oficialmente, caso a proposta avance. Integrantes do colegiado afirmam que a lei complementar que trata do ICMS não permite esse tipo de mudança que Lira pretende fazer.

A metodologia sobre a cobrança do ICMS é uma atribuição do Confaz. A medida seria inconstitucional e afetaria a autonomia dos estados. Os governadores deverão se opor à proposta.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 05/10/2021**

## **EM OFÍCIO À ANAC, PAES PEDE MUDANÇAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO DO SANTOS DUMONT**

Prefeito do Rio avalia que, como está desenhado, modelo atual prejudica o Galeão; CCR vence leilão da Pampulha feito pelo governo de MG

*Por Geralda Doca*



**Aeroporto Santos Dumont, no Centro do Rio Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo**

BRASÍLIA – O prefeito do Rio, Eduardo Paes, pediu à Agência Nacional de Aviação Civil mudanças no edital de concessão do aeroporto Santos Dumont, previsto para ocorrer no ano que vem. Ele quer que seja revista a liberação de voos no terminal que fica no Centro do Rio, que, avalia, poderia esvaziar ainda mais o Aeroporto Tom Jobim, o Galeão. Nesta terça-feira, a CCR

venceu o leilão do Aeroporto da Pampulha, realizado pelo governo de Minas Gerais. O grupo arrematou o terminal central de Belo Horizonte com um lance de R\$ 34 milhões de outorga fixa (ágio de 245% sobre o preço mínimo), e os investimentos estimados pelo governo do estado são de R\$ 151 milhões.

No Rio, Paes pede uma "transição suave" entre o modelo atual e o novo. Isso passaria, principalmente, pela adoção de algumas restrições temporárias no Santos Dumont, até que a cidade obtenha, por quatro anos consecutivos, movimento somado nos dois aeroportos de 30 milhões de passageiros por ano. Em 2019, antes da pandemia, o volume estava em 23 milhões de usuários.

Entre as sugestões, Paes defende que o Santos Dumont receba apenas voos diretos, de aeroportos mais próximos, como São Paulo (Congonhas e Guarulhos), Belo Horizonte e Brasília. Ligações de terminais mais distantes, das regiões Norte, Nordeste e Sul, seriam concentradas obrigatoriamente no Galeão.

Além disso, o aeroporto do Centro do Rio continuaria operando no sistema de slots, que exige autorização da Anac para pousos e decolagens, de acordo com a capacidade aeroportuária. Também seriam mantidas restrições a voos internacionais.

Para facilitar o acesso aos passageiros ao Galeão, o prefeito reitera ideia já defendida pelo ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, de usar parte dos recursos de outorga para financiar projetos de mobilidade urbana.

“A concessão do Santos Dumont da maneira que está sendo feita é muito prejudicial ao aeroporto do Galeão”, publicou Paes no Twitter, anexando o ofício com as sugestões encaminhadas à Anac.

No documento, Paes argumenta que a privatização e abertura do Santos Dumont vai esvaziar ainda mais o Galeão, inclusive causando a saída de empresas que operam voos internacionais, devido à falta de conexões para outras cidades do país.

A tendência é que as companhias concentrem as operações no aeroporto central do Rio, que atualmente tem restrição de capacidade. O efeito disso seria redução de oferta de assentos e consequente aumento nos preços das passagens.

Em dezembro de 2019, Santos Dumont recebeu 491 mil passageiros, o que correspondeu a 86% do volume de passageiros do Galeão, que foi de 568 mil pessoas.

Além disso, o Galeão enfrenta dificuldade para retomar o movimento de usuários, que caiu com a pandemia. Em 2020, esse volume representou 45% em relação ao registrado no ano anterior. Já no Santos Dumont, o percentual atingiu 69%, segundo ofício da prefeitura.

Para a prefeitura, a otimização do uso do Santos Dumont, conforme prevê o edital, vai sobrecarregar o trânsito na região central, além da geração de mais poluição sonora.

Em contrapartida, com menos conectividade, o Galeão poderá perder a condição de hub (centro de distribuição de rotas). O documento alega, ainda que a economia da região será prejudicada com o encolhimento do tráfego aéreo:

“A rede hoteleira e os negócios que operam no aeroporto do Galeão serão incapacitados, levando à redução do emprego e da atividade local (...) um serviço aéreo de qualidade é um grande atrativo de empresas e investimentos, além de ser um motor importante para o desenvolvimento econômico de uma região”.

No ofício, Paes justifica ainda que a situação do Rio é diferente de São Paulo, ao se referir à concessão de Congonhas, que também será leiloado. Segundo ele, há demanda no mercado paulista pelo terminal e também por Guarulhos.

Já no Rio, Galeão e Santos Dumont operam na mesma região metropolitana e captam igual demanda. O prefeito cita ainda, como exemplo, o aeroporto de Pampulha (Belo Horizonte) que concorre com Confins e opera com restrições.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 05/10/2021*

## **SENADOR APRESENTA RELATÓRIO QUE UNIFICA ICMS E ISS E PREVÊ TRIBUTOS SOBRE CIGARRO E ÁLCOOL**

Roberto Rocha divulgou parecer para reforma ampla sobre os impostos que incidem sobre consumo

*Por Julia Lindner e Fernanda Trisotto*



**EC Rio De Janeiro (RJ) 01/04/2021 - Expansão do atacarejo no país. Na foto, o supermercado Assai, na Barra da Tijuca. Foto: Leo Martins / Agência O Globo Foto: Leo Martins / Agência O Globo**

BRASÍLIA – O senador Roberto Rocha (PSDB-MA) apresentou relatório para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, que promove uma reforma ampla dos impostos sobre consumo. O principal eixo do texto é a criação de um imposto sobre

valor agregado (IVA) Dual, com um tributo exclusivo para a União (PIS e Cofins) e outro para estados e municípios (ICMS e ISS).

O tributo federal seguirá os moldes da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), já proposta pela equipe econômica e em tramitação na Câmara dos Deputados. Já para os entes subnacionais, haverá um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cuja arrecadação será repartida entre estados e municípios.

### **ENTENDA O NÓ DA TRIBUTAÇÃO NO BRASIL - 1 de 6**

#### **Sistema complexo**

O governo apresentou o projeto de lei que mexe com a tabela do Imposto de Renda, considerado a segunda parte da reforma tributária. A parte principal da reforma é a unificação dos impostos. Mas entrar em um acordo sobre como ela será feita é tão complexo quanto o próprio sistema tributário brasileiro. Estados e municípios temem perder uma fatia de suas arrecadações e são muitos os impostos.

#### **Emaranhado de impostos**

O Brasil tem, pelo menos, cinco tributos embutidos nos preços de bens e serviços: três cobrados pela União (IPI, PIS e Cofins), um dos estados (ICMS) e um dos municípios (ISS). Só o ICMS tem 27 formatos diferentes, um para cada estado e o DF. Ou seja, para vender em outros estados, o empresário tem que pagar e conhecer os diferentes tributos.

#### **Custo alto**

Além da quantidade de tributos, o custo é alto. Um exemplo é a tributação geral de medicamentos, uma das maiores do mundo, em torno de 33%. Em países desenvolvidos é de cerca de 6%. Outro item essencial com carga tributária elevada, por exemplo, é o absorvente íntimo: 27% só de imposto.

#### **Classificação**

A classificação é outro problema recorrente. É perfume ou água de colônia? A alíquota da fórmula concentrada é 42%. Já a da fragrância mais leve, de 12%. “Uma grande diferença”, segundo o especialista em direito tributário e da FGV, Gabriel Quintanilha.

#### **Burocracia sem fim**

O Brasil é o país em que as empresas gastam o maior número de horas com a burocracia dos impostos, segundo um relatório do Banco Mundial que avalia 190 países. Uma empresa brasileira gasta, em média, 1.501 horas por ano cuidando de obrigações relacionadas a tributos. É cinco vezes a média gasta pelos países de América Latina e Caribe.

#### **Efeito cascata**

Esse nó de tantas informações e cobranças dificulta a vida e o caixa das empresas, além de facilitar erros. Segundo a Endeavor, 86% das empresas brasileiras apresentam algum tipo de irregularidade no pagamento de seus tributos. Estas lacunas muitas vezes são por desconhecimento das muitas regras. Mesmo assim, podem gerar multas e despesas altas.

Ainda há previsão de criação de um Imposto Seletivo, que vai substituir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Esse novo tributo só vai incidir sobre itens que governo e sociedade queiram desestimular o consumo, como álcool e cigarro.

O senador buscou eliminar pontos de divergência dessa proposta, como a criação de um fundo de desenvolvimento regional para compensar eventuais perdas de arrecadação dos entes subnacionais com a adoção do novo modelo.

A nova proposta prevê que esse fundo será composto apenas com recursos oriundos do IBS – portanto, sem contribuição da União, que se opunha a esse fundo.

O texto de Rocha deve ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O senador vem trabalhando nessa proposta nos últimos anos: já era o relator da PEC110 no Senado e presidiu a comissão mista no Congresso que, informalmente, discutiu a tributação sobre consumo no país.

No evento de apresentação do relatório, que contou com a presença do ministro Paulo Guedes, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) afirmou que a tramitação desta proposta pode ocorrer em conjunto com outros projetos do tema.

Mais cedo, em debate, ele criticou o governo por colocar a reforma do Imposto de Renda como único caminho tributário para criar o Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família.

Pacheco disse que os presentes na reunião na presidência do Senado têm convergido em torno da proposta, mas ponderou que essa foi apenas uma etapa. Segundo ele, a PEC passará inicialmente pela CCJ e depois seguirá para plenário. Ele elogiou o relator do texto como "catalisador das ideias na busca pela convergência".

Pacheco destacou que a apresentação da PEC ocorre sem prejuízo a outras matérias de natureza tributária que tramitam na Casa.

— A aprovação esse ano é uma consequência daquilo que fizemos desde já. O Congresso que aprovou reforma da Previdência, trabalhista, a PEC emergencial e diversas propostas durante a Pandemia... Esse congresso tem um compromisso nessa quadra histórica com a reforma tributária. Precisamos apresentar um novo modelo para a sociedade. Todos convergem que o sistema tributário precisa ser mudado — disse Pacheco.

Pacheco disse que Guedes é sempre bem-vindo no Senado e afirmou que o ministro da Economia não participou da coletiva porque não foi avisado da conversa com os jornalistas, já que, segundo Pacheco, foi tudo feito de "improviso".

O presidente do Senado disse, ainda, que o problema dos combustíveis tem índole tributária, mas também outros aspectos que precisam ser levados em consideração. Ele voltou a citar a importância do "papel social" da Petrobras para ajudar na solução da questão.

- Há discussão tributária, não há dúvidas, inclusive uma que tramita na Câmara da unificação das alíquotas dos combustíveis. Nós estamos igualmente acompanhando. Hoje me reuni com Eduardo Braga (MDB-AM) e com Fernando Bezerra (MDB-PE) para debate essa matéria, que é o tema da vez - declarou.

Ele reforçou que o Senado tem compromisso com as propostas que sejam positivas para o país e que aguarda soluções para o novo Bolsa Família.

O governo defende que a reforma do IR, que enfrenta resistência na Casa, seja usada para bancar o Auxílio Brasil.



Na conversa com a imprensa, Pacheco frisou que o calendário da reforma tributária depende do presidente da CCJ, Davi Alcolumbre. Ele disse que tem convicção de que será possível avançar com o tema na Comissão de Constitucional e Justiça.

Questionado sobre a reforma do Imposto de Renda, Pacheco reforçou que o Bolsa Família deve ser prioridade, mas que é preciso exaurir todas as possibilidades de fonte de custeio para que nem todas as fichas sejam depositadas em um único projeto que nem sequer foi aprovado.

De acordo com ele, é o Ministério da Economia que precisa dar as opções para isso.

- A reforma do IR pode até ser aprovada, mas não é razoável que todas as fichas (do Bolsa Família) sejam depositadas nesse projeto - reagiu.

Indagado sobre quais alternativas podem ser usadas para bancar o novo Bolsa Família, Pacheco respondeu a jornalistas que existem várias possibilidades:

- Tem Refis, programa de repatriação de recurso, arrecadação a partir da atualização dos ativos, há uma série de alternativas que podem ser efetivadas como sustentação para um programa social - disse o presidente do Senado.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 05/10/2021*

## **CCR VENCE LEILÃO DO AEROPORTO DA PAMPULHA, EM BH, COM LANCE DE R\$ 34 MILHÕES E ÁGIO DE 245%**

Companhia se consolida como uma das principais operadoras do país e vai investir R\$ 151 milhões no terminal aéreo mineiro

*Por João Sorima Neto*



***Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, mais conhecido como Aeroporto da Pampulha, foi leiloado Foto: Hoje em Dia / Agência O Globo***

SÃO PAULO - A CCR Aeroportos, através do consórcio Companhia de Participações em Concessões, arrematou em leilão realizado pelo governo do Estado de Minas Gerais, o Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, mais conhecido como Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte. O

consórcio ofereceu R\$ 34 milhões pela outorga fixa, critério que definiu o vencedor. O valor mínimo de outorga fixado pelo edital era de R\$ 9,8 milhões, o que configurou ágio de 245,29%. O leilão aconteceu na B3, em São Paulo.

O governo federal planeja para 2022 um leilão de concessões de aeroportos, entre eles o Aeroporto Santos Dumont, no Centro do Rio. Neste caso, no entanto, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, pede mudanças no edital de licitação.

A CCR já administra o terminal de Confins, na região metropolitana de Belo Horizonte, em parceria com a operadora suíça Flughafen Zürich, o que deve trazer mais sinergia para a operação.

## ***IMAGENS MOSTRAM COMO VÃO OPERAR OS 'CARROS ELÉTRICOS' QUE PODEM TOMAR OS CÉUS DO BRASIL A PARTIR DE 2025 - 1 de 10 [Click no link para ver as imagens](#)***

*O eVTOL demandará uma infraestrutura bem mais simples que a necessária para os aviões nos aeroportos. A decolagem é vertical, como helicópteros e drones, dispensando longas pistas. Com*

a vantagem de o motor elétrico ser bem mais silencioso que o dos helicópteros, que ganharão forte concorrente Foto: Divulgação / Reprodução

[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25156290-a21-3d2/FT1086A/620x372x94799496\\_Azul-firmou-parceria-com-a-alema-Lilium-para-trazer-ao-pais-220-carros-voadores-a-partir.jpg.pagespeed.ic.YvOHesnBQe.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25156290-a21-3d2/FT1086A/620x372x94799496_Azul-firmou-parceria-com-a-alema-Lilium-para-trazer-ao-pais-220-carros-voadores-a-partir.jpg.pagespeed.ic.YvOHesnBQe.jpg)

Simulação de voo do modelo de eVTOL da alemã Lilium, que a Azul quer trazer ao Brasil a partir de 2025 para trajetos curtos, como Rio-Búzios ou São Paulo-Guarujá Foto: Reprodução / Divulgação

[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25156278-91f-f11/FT1086A/620x372x94799498\\_Azul-firmou-parceria-com-a-alema-Lilium-para-trazer-ao-pais-220-carros-voadores-a-partir-1.jpg.pagespeed.ic.Gujt3IHeFL.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25156278-91f-f11/FT1086A/620x372x94799498_Azul-firmou-parceria-com-a-alema-Lilium-para-trazer-ao-pais-220-carros-voadores-a-partir-1.jpg.pagespeed.ic.Gujt3IHeFL.jpg)

Azul firmou parceria com a alemã Lilium para trazer ao país 220 carros voadores a partir de 2025. Os modelos elétricos têm autonomia de 200 quilômetros entre uma recarga e outra Foto: Divulgação

<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25155782-84c-d43/FT1086A/620x372xazulcarrovoador.jpg.pagespeed.ic.ryYf3P65Ml.jpg>

A start-up alemã Lilium desenvolve o carro elétrico que a Azul quer trazer para o país: fabricante tem um dos cerca de 140 projetos do gênero em desenvolvimento no mundo Foto: Reprodução / Divulgação

[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25156286-335-073/FT1086A/620x372x94799510\\_Azul-firmou-parceria-com-a-alema-Lilium-para-trazer-ao-pais-220-carros-voadores-a-partir.jpg.pagespeed.ic.OlbvtBUGg.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25156286-335-073/FT1086A/620x372x94799510_Azul-firmou-parceria-com-a-alema-Lilium-para-trazer-ao-pais-220-carros-voadores-a-partir.jpg.pagespeed.ic.OlbvtBUGg.jpg)

A Azul avalia que esse tipo de aeronave elétrica terá um custo baixo para os passageiros, ampliando o acesso a voos curtos a quem hoje não pode pagar por uma viagem de helicóptero Foto: Divulgação

<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25155786-7cd-8dd/FT1086A/620x372xazul.jpg.pagespeed.ic.EYeva5g9kx.jpg>

O interior do Lilium parece confortável e parece uma mistura de avião com automóvel: cabem seis passageiros e um piloto. E há ainda um compartimento para bagagens a bordo Foto: Reprodução / Divulgação

[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25156289-1b8-4bb/FT1086A/620x372x94799506\\_Azul-firmou-parceria-com-a-alema-Lilium-para-trazer-ao-pais-220-carros-voadores-a-partir-1.jpg.pagespeed.ic.0XPYCCTkQR.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25156289-1b8-4bb/FT1086A/620x372x94799506_Azul-firmou-parceria-com-a-alema-Lilium-para-trazer-ao-pais-220-carros-voadores-a-partir-1.jpg.pagespeed.ic.0XPYCCTkQR.jpg)

Azul aposta nesse tipo de veículo voador para abrir um novo nicho de mercado. O desafio será certificar o novo modal e garantir a segurança dos passageiros. Foto: Divulgação

<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25155783-472-90b/FT1086A/620x372xazulcarro.jpg.pagespeed.ic.S2EFtZfUdh.jpg>

Simulação de embarque no Lilium, veículo voador elétrico que tem capacidade para seis passageiros e um piloto. Decolagem é vertical, como os helicópteros. Azul quer operá-los no Brasil a partir de 2025 para voos curtos, como entre São Paulo e Guarujá ou Rio e Paraty. Foto: Reprodução/Divulgação

[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25156073-69a-7a8/FT1086A/620x372x94799486\\_Azul-firmou-parceria-com-a-alema-Lilium-para-trazer-ao-pais-220-carros-voadores-a-partir-1.jpg.pagespeed.ic.JzkGvaQ\\_Tt.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25156073-69a-7a8/FT1086A/620x372x94799486_Azul-firmou-parceria-com-a-alema-Lilium-para-trazer-ao-pais-220-carros-voadores-a-partir-1.jpg.pagespeed.ic.JzkGvaQ_Tt.jpg)

Carro voador da Lilium tem autonomia de 200 quilômetros, a maior entre os concorrentes. Será ideal para substituir viagens de carro de curta distância. Um carioca poderá chegar a Búzios em minutos, por exemplo, para um fim de semana no balneário. Nada mal sobrevoar os engarrafamentos enquanto os motoristas padecem lá embaixo. Foto: Divulgação / Reprodução

[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25156291-59b-942/FT1086A/620x372x94799500\\_Azul-firmou-parceria-com-a-alema-Lilium-para-trazer-ao-pais-220-carros-voadores-a-partir.jpg.pagespeed.ic.mnr0UckFbk.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25156291-59b-942/FT1086A/620x372x94799500_Azul-firmou-parceria-com-a-alema-Lilium-para-trazer-ao-pais-220-carros-voadores-a-partir.jpg.pagespeed.ic.mnr0UckFbk.jpg)

*Ainda em fase de testes, o eVTOL da Lilium tem um desafio para a frente: a certificação para poder voar comercialmente. Por isso a aliança com uma companhia aérea como a Azul faz sentido agora: a experiência de quem já sabe certificar aviões pode ajudar a enfrentar uma regulação num modal de transporte totalmente novo* Foto: Divulgação/Reprodução

[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25156288-9da-114/FT1086A/620x372x94799514\\_Azul-firmou-parceria-com-a-alema-Lilium-para-trazer-ao-pais-220-carros-voadores-a-partir.jpg.pagespeed.ic.XcU3nOcszV.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25156288-9da-114/FT1086A/620x372x94799514_Azul-firmou-parceria-com-a-alema-Lilium-para-trazer-ao-pais-220-carros-voadores-a-partir.jpg.pagespeed.ic.XcU3nOcszV.jpg)

Integrantes do governo federal avaliam que o resultado do leilão do aeroporto da Pampulha é um bom termômetro para a 7ª rodada de concessão, quando serão licitados Santos Dumont e Congonhas (SP), os dois aeroportos mais movimentados do país.

A torcida é para que o concessionário do Galeão siga o exemplo e entre na disputa pelo aeroporto central do Rio. O GLOBO revelou que interlocutores da Changi, que controla o consórcio que administra o Galeão, tem interesse nisso.

A estratégia permitiria a coordenação das operações nos dois aeroportos, criando sinergia entre os ativos. Dessa forma, seria possível valorizar e reforçar a vocação de cada um, disse uma fonte envolvida nas discussões. O edital de licitação da 7ª rodada está em consulta pública na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

### **Empresa demonstra apetite**

A vitória da CCR na Pampulha reforça o apetite da empresa de concessões para crescer no setor de aeroportos. A empresa já declarou que é uma das interessadas no leilão de 2022 que vai conceder as "joias a coroa" da Infraero: Santos Dumont e Congonhas.

No último leilão de aeroportos, em abril passado, a CCR Aeroportos foi uma das principais vencedoras, ao arrematar o bloco Sul e Central com oferta de outorga de R\$ 2,1 bilhões, um ágio de 1.534% sobre o valor mínimo. A CCR ficou com a concessão de 15 aeroportos na ocasião, entre eles Curitiba, Goiânia e Palmas.

- A CCR se consolidou como operadora de aeroportos ao arrematar os 15 terminais no último leilão. Já operamos em Minas, em Confins, e vamos promover um grande trabalho no aeroporto da Pampulha, gerando empregos, renda e desenvolvimento para o estado - disse Cristiane Gomes, presidente da CCR Aeroportos.

A executiva avaliou que haverá complementariedade com Confins, e também com todos os 16 demais aeroportos operados pela CCR.

### **Objetivo não é dividir demanda entre Pampulha e Confins**

Cristiane afirmou que o objetivo da empresa não é dividir voos entre a Pampulha e Confins, mas fazer com que o terminal arrematado nesta terça-feira faça parte dessa plataforma de aeroportos criada pela CCR.

- A ideia é criar novas rotas dada essa escala enorme do sistema. Os voos domésticos estão acelerando agora. Com a retomada, será possível organizar junto às companhias aéreas novas rotas e destinos. E a complementariedade entre Pampulha e Confins trará melhorias tanto para os passageiros quanto para aqueles que desejam fazer negócios na região - afirmou Cristiane Gomes.

O leilão teve também a participação do Consórcio Asa, que tinha a Itapemirim entre as empresas integrantes.

O Consórcio Asa ofereceu proposta inicial de R\$ 13,4 milhões no primeiro lance, enquanto a CCR ofereceu o lance mínimo, de R\$ 9,8 milhões. Mas na disputa lance a lance, no viva voz, depois de oito lances, a CCR terminou como vencedora.

### **Zema diz que privatização ajuda a recuperar contas de MG**

O governador Romeu Zema (Novo) afirmou, após o leilão, que as privatizações são fundamentais para equilibrar as contas do estado, que não tem caixa para investir. Zema afirmou que a iniciativa privada tem mais agilidade para gerir os negócios que o setor público.

- Um estado quebrado como o de Minas Gerais não tem condições de fazer investimentos nesses negócios. Vamos voltar à B3 para conceder outras estatais, como a Cemig e a Copasa - disse Zema.

A concessão da Pampulha tem prazo de 30 anos e os investimentos estimados pelo governo de Minas Gerais no terminal são de R\$ 151 milhões.

Desse total, pelo menos R\$ 65 milhões serão investidos no curto prazo, nos primeiros três anos em obras de construção de um terminal de aviação geral, sistema de pistas de táxi-aéreo, recuperação parcial do pavimento da pista e preparação para novos hangares.

A CCR ficará responsável pela ampliação, manutenção e exploração do terminal aéreo, que tem cerca de 2 milhões de metros quadrados e fica a oito quilômetros do centro da capital mineira.

Ao longo da concessão, também está previsto o pagamento anual de uma outorga variável, que corresponde a um percentual da receita bruta auferida pelo concessionário.

### **Predominância da aviões de pequeno porte**

O Aeroporto da Pampulha tem cerca de 30 hangares. Nos últimos cinco anos, a média anual de passageiros no terminal foi de 325 mil passageiros, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O terminal recebe o tráfego de aeronaves da aviação executiva e da aviação geral (empresas particulares, táxi aéreos e hangares).

São aviões menores, já que os jatos que fazem rotas comerciais operam desde 2005 no aeroporto internacional de Confins.

O terminal da Pampulha também é considerado um dos principais polos de manutenção de aeronaves e helicópteros do país.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 05/10/2021*

## **ANAC PÔE EM CONSULTA PÚBLICA NOVA REGRA DE DISTRIBUIÇÃO DE SLOTS E ABRE ESPAÇO PRA AZUL EM CONGONHAS**

*Por Mariana Barbosa*



**Aeroporto de Congonhas, em São Paulo**  
**Aeroporto de Congonhas, em São Paulo**  
**| YASUYOSHI CHIBA / Agência O Globo**

A diretoria da Anac acaba de aprovar a proposta de novas regras de distribuição de slots para Congonhas. A medida beneficia novos entrantes, abrindo espaço para o fortalecimento da Azul.

A proposta deverá passar por consulta pública pelos próximos 60 dias a partir da publicação no

diário oficial e alinha as regras às práticas internacionais. A regra vale para aeroportos com demanda maior do que a capacidade, que hoje é o caso de Congonhas e será usada para distribuir os 41 slots que eram da Avianca e também o aumento de capacidade previsto para Congonhas com a concessão privada, dos atuais 32 para 44 movimentos por hora.

A totalidade do banco de slots disponível será distribuída para novos entrantes, que são empresas que possuem até 56 slots no aeroporto. A Azul detém hoje 46 slots.

A nova regra proposta limita em 40% a fatia que cada empresa pode ter no aeroporto. E também introduz o mercado secundário, criando regras para que as empresas vendam slots entre si. Porém, quem tiver cedido slots não poderá participar de nova distribuição por um período de três anos. A medida é uma tentativa de impedir que empresas menores participem de rodadas de distribuição como novos entrantes para depois serem vendidas para as grandes empresas, como já aconteceu no passado com a MAP, vendida para a VoePass (antiga Passaredo) e depois para a Gol, e a Two Flex, vendida para a Azul.

A Anac também quer introduzir uma regra de tamanho mínimo de aeronaves, de forma que os slots sejam usados de forma mais eficiente, com mais passageiros por movimento.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 05/10/2021*

## **DONA DO GALEÃO QUER LEVAR SANTOS DUMONT EM LEILÃO DE PRIVATIZAÇÃO, DIZEM FONTES**

Changi, empresa de Cingapura que opera o aeroporto internacional, estaria buscando investidor estrangeiro para disputar a licitação prevista para 2022

*Por Geralda Doca e João Sorima Neto*



**Área de embarque do aeroporto Antonio Carlos Jobim Foto: Marcelo Carnaval / Agência O Globo**

BRASÍLIA E SÃO PAULO - A Changi, empresa de Cingapura que opera o Aeroporto Antônio Carlos Jobim, o Galeão, na Zona Norte do Rio, mira a privatização do Santos Dumont, no Centro, para solucionar a crise que o terminal internacional vive com falta de passageiros.

A situação tende a piorar se o movimento do Santos Dumont aumentar após a privatização, o que está prevista para o ano que vem.

Interlocutores da companhia, que tem 51% do consórcio RIOGaleão em conjunto com a Infraero, e integrantes do governo acreditam que esta ação seria uma forma de solucionar a privatização do Galeão, que nunca alcançou as metas de sua concessão.

A empresa estaria buscando um investidor estrangeiro disposto a montar um consórcio para arrematar o Santos Dumont. Pessoas próximas da empresa, do setor e do governo afirmam que a solução ideal é a Changi poder fazer uma espécie de coordenação das operações entre os dois aeroportos.

A possibilidade de expansão do terminal central do Rio, inclusive com voos internacionais, poderia esvaziar ainda mais o Galeão.

## **CARROS VOADORES, ELÉTRICOS E BICICLETA COM SISTEMA DE DIREÇÃO: VEJA AS NOVIDADES DO SALÃO DE AUTOMÓVEIS NA ALEMANHA - 1 de 8**

*O carro avoador PAL-V foi apresentado na feira de automóveis Foto: TOBIAS SCHWARZ/AFP*

[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25186347-456-cec/FT1086A/620x372x95124437\\_A-PAL-V-flying-car-is-pictured-during-a-press-preview-at-the-International-Motor-Show-IAA-o.jpg.pagespeed.ic.-kB609KMrb.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25186347-456-cec/FT1086A/620x372x95124437_A-PAL-V-flying-car-is-pictured-during-a-press-preview-at-the-International-Motor-Show-IAA-o.jpg.pagespeed.ic.-kB609KMrb.jpg)

A WEY Coffee 02 modelo da montadora chinesa Great Wall Motors: empresa anunciou lançamento de carro compacto elétrico e um SUV híbrido plug-in na Europa em 2022 Foto: TOBIAS SCHWARZ / ATOBIAS SCHWARZ/FP

[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25186394-e08-1ea/FT1086A/620x372x95124053\\_A-WEY-Coffee-02-car-by-Chinese-car-maker-Great-Wall-Motors-is-pictured-during-a-press-previ.jpg.pagespeed.ic.IEIFH\\_lmfb.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25186394-e08-1ea/FT1086A/620x372x95124053_A-WEY-Coffee-02-car-by-Chinese-car-maker-Great-Wall-Motors-is-pictured-during-a-press-previ.jpg.pagespeed.ic.IEIFH_lmfb.jpg)

O novo Renault Megane E-Tech elétrico foi apresentado na feira alemã Foto: Christof Stache / AFP

[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25186315-a34-288/FT1086A/620x372x95124083\\_Journalists-discover-the-new-Renault-Megane-E-Tech-electric-cars-during-a-press-presentatio.jpg.pagespeed.ic.KkrEpxwVY0.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25186315-a34-288/FT1086A/620x372x95124083_Journalists-discover-the-new-Renault-Megane-E-Tech-electric-cars-during-a-press-presentatio.jpg.pagespeed.ic.KkrEpxwVY0.jpg)

Mulher tira fotos da a Serial 1 eBike da Harley-Davidson que tem sistema de direção Foto: CHRISTOF STACHE/AFP

[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25186311-dba-752/FT1086A/620x372x95125423\\_A-woman-takes-pictures-of-a-Serial-1-eBike-by-Harley-Davidson-with-a-drive-system-by-German.jpg.pagespeed.ic.c0b-U091Wg.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25186311-dba-752/FT1086A/620x372x95125423_A-woman-takes-pictures-of-a-Serial-1-eBike-by-Harley-Davidson-with-a-drive-system-by-German.jpg.pagespeed.ic.c0b-U091Wg.jpg)

Um carro elétrico impresso em 3D XEV Yoyo é apresentado durante uma prévia para a imprensa no International Motor Show (IAA) Foto: TOBIAS SCHWARZ/AFP

[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25186313-11a-3ae/FT1086A/620x372x95124211\\_An-XEV-Yoyo-3D-printed-electric-car-is-presented-during-a-press-preview-at-the-Internationa.jpg.pagespeed.ic.bAchzPv\\_o\\_.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25186313-11a-3ae/FT1086A/620x372x95124211_An-XEV-Yoyo-3D-printed-electric-car-is-presented-during-a-press-preview-at-the-Internationa.jpg.pagespeed.ic.bAchzPv_o_.jpg)

Visitante observa o sistema de troca e carregamento de bateria para um carro elétrico impresso em 3D XEV Yoyo Foto: TOBIAS SCHWARZ / AFP

[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25186314-9ba-c3b/FT1086A/620x372x95124189\\_The-battery-exchange-and-charging-system-for-an-XEV-Yoyo-3D-printed-electric-car-is-present.jpg.pagespeed.ic.ANlftaoxIG.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25186314-9ba-c3b/FT1086A/620x372x95124189_The-battery-exchange-and-charging-system-for-an-XEV-Yoyo-3D-printed-electric-car-is-present.jpg.pagespeed.ic.ANlftaoxIG.jpg)

Visitantes da feira inspecionam o carro elétrico e bolha, o Microlino 2.0 Foto: TOBIAS SCHWARZ/AFP

[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25186316-56c-5ac/FT1086A/620x372x95124021\\_Fair-goers-inspect-a-Microlino-20-electric-bubble-car-during-a-press-preview-at-the-Interna.jpg.pagespeed.ic.ug54HoJtGe.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25186316-56c-5ac/FT1086A/620x372x95124021_Fair-goers-inspect-a-Microlino-20-electric-bubble-car-during-a-press-preview-at-the-Interna.jpg.pagespeed.ic.ug54HoJtGe.jpg)

O gerente da Volkswagen, Ralf Brandstaetter, posa ao lado de um carro elétrico da marca o VW ID.Life Foto: CHRISTOF STACHE/AFP

[https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25186319-7d3-4b7/FT1086A/620x372x95123975\\_Volkswagen-manager-Ralf-Brandstaetter-poses-next-to-a-VW-IDLife-electric-car-by-German-car.jpg.pagespeed.ic.PaVZPA\\_OWK.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/in/25186319-7d3-4b7/FT1086A/620x372x95123975_Volkswagen-manager-Ralf-Brandstaetter-poses-next-to-a-VW-IDLife-electric-car-by-German-car.jpg.pagespeed.ic.PaVZPA_OWK.jpg)

Além de grandes operadores estrangeiros que ainda não estão no mercado brasileiro, como a francesa ADP e a Ferrovial, que administra os maiores aeroportos ingleses, estão no radar fundos de investimentos, dizem fontes do mercado que acompanham a sétima rodada de concessão dos aeroportos, que inclui o terminal de Congonhas (SP).

### **Ação em várias frentes**

Em outra frente, a concessionária do Galeão procura convencer o governo a fixar algum tipo de restrição às operações no Santos Dumont, ainda que seja temporária. Uma das ideias é centralizar no aeroporto voos da ponte aérea (Rio-SP), Brasília e Belo Horizonte.

Além dessas iniciativas, a concessionária do Galeão pediu à Secretaria de Aviação Civil (SAC), do Ministério de Infraestrutura, para fazer um acerto de contas, antecipando o recolhimento da outorga que ainda vai vencer, com desconto.

A proposta está sendo avaliada, mas ela depende do aval de órgãos controladores, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e não poderia ser aplicada de forma individual.

Também faz parte do pacote outro pedido encaminhado à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para que o órgão regulador faça um reequilíbrio do contrato e desconte os efeitos da Covid-19, ao longo da concessão, que vence em 2039. Outros operadores fizeram proposta semelhante.

O governo vê com bons olhos a entrada do Galeão no leilão do Santos Dumont, mas não está disposto a ceder à pressão da concessionária do Galeão para restringir as operações do Santos Dumont. A minuta do edital está em consulta pública na Anac.

Segundo interlocutores, não seria um bom negócio para a Changi uma simples venda de sua participação no Galeão por causa da desvalorização do ativo.

Leiloado em 2014, foram investidos no aeroporto R\$ 2 bilhões a fim de adequar a infraestrutura para receber até 37 milhões de passageiros por ano.

Entre janeiro e agosto deste ano, o movimento no Galeão ficou em 4,6 milhões de passageiros, contra 13,5 milhões no mesmo período de 2019. Em julho, o volume de usuários no aeroporto chegou a 55% do registrado em igual período de 2019, abaixo da média nacional que foi de 65%, segundo dados da Anac.

Procurada, a assessoria de imprensa do RIOGaleão reiterou que a concessionária vê oportunidades para se fortalecer: “O operador busca formas de fortalecer a estrutura acionária do RIOGaleão e enxerga o momento propício para realização desse trabalho.”

### **Aéreas no Nordeste**

Especialistas afirmam que tudo está na mesa. A Changi poderia, entre as alternativas estudadas, buscar novos sócio para o RIOGaleão ou até se desfazer de sua parte na operadora. O colunista do jornal O GLOBO, Lauro Jardim, publicou nota este fim de semana afirmando que a Changi decidira vender sua participação no aeroporto.

Para o advogado Felipe Bonsenso, sócio de Bonsenso Advogados e especialista no setor aéreo, o problema do Galeão é que as projeções de rentabilidade podem não se confirmar:

— As projeções podem não ter se concretizado tanto pela pandemia, mas também porque várias companhias internacionais deixaram de operar no Galeão. Algumas estão preferindo aeroportos do Nordeste. Com isso, a Changi poderia estar buscando parceiros para se capitalizar — disse Bonsenso.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 05/10/2021*

## **O ESTADO DE S. PAULO**

### **O ESTADO DE SÃO PAULO - SP**

**CCR ARREMATTA AEROPORTO DA PAMPULHA EM LEILÃO POR R\$ 34 MI E ÁGIO DE 245,29%**

*Por Juliana Estigarríbia*



***O leilão prevê a concessão para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte - Imagem: Reprodução***

São Paulo - A CCR arrematou o leilão do Aeroporto da Pampulha (MG) por R\$ 34 milhões, com um ágio de 245,29%, em uma disputa acirrada com o Consórcio ASA. "A CCR Aeroportos se consolida no Brasil neste setor, principalmente em Minas Gerais,

onde já temos a concessão de Confins. Este é um projeto de longa data", disse a presidente da CCR Airports, Cristiane Gomes, após o leilão.

O certame prevê a concessão para ampliação, manutenção e exploração do terminal aeroportuário mineiro, atualmente utilizado para aviação executiva e geral (empresas particulares, táxi aéreo e hangares).

O critério do certame foi o maior valor de outorga fixa, com valor mínimo de R\$ 9,84 milhões.

Também está previsto o pagamento anual de outorga variável, que corresponde a um percentual da receita bruta auferida pelo concessionário.

O contrato é de 30 anos, com possibilidade de prorrogação por mais cinco anos para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro.

Segundo o governo mineiro, os investimentos com a concessão são estimados em R\$ 151 milhões. Desse total, cerca de R\$ 65 milhões serão investidos nos primeiros 36 meses, destinados, entre outros, à construção de um terminal de aviação geral, sistema de pistas de táxi, recuperação parcial do pavimento da pista e preparação para novos hangares.

Além disso, o projeto estima a arrecadação de R\$ 99 milhões em impostos federais, estaduais e municipais.

No terminal, estão em funcionamento quase 30 hangares, de diversas empresas. Nos últimos cinco anos, a média anual de passageiros transportados foi de 323,9 mil e movimentação de 41,5 mil aeronaves.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 05/10/2021**

## **DEPUTADO APRESENTA RELATÓRIO PELA PRORROGAÇÃO DA DESONERAÇÃO EM FOLHA**

O deputado Marcelo Freitas (PSL-MG) apresentou na segunda-feira, 4, o relatório do projeto de lei que prorroga a desoneração na folha de pagamento. A medida determina que a iniciativa seja estendida até 2026 e beneficia os 17 setores que mais empregam no País.

O parecer não modifica o texto aprovado pela Comissão de Tributação e Finanças da Câmara e apenas recomenda a aprovação do projeto.

O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Como tramita em caráter conclusivo e, caso seja aprovado pela comissão, o texto pode ser enviado direto ao Senado, sem precisar passar pelo plenário da Câmara. No entanto, deputados podem apresentar requerimentos para fazer com que o texto tenha que passar pelo plenário da Casa mesmo assim.

O relator na CCJ, que vê urgência para a aprovação do projeto, negocia para que isso não aconteça. Marcelo Freitas tem como meta aprovar a iniciativa até a próxima quinta-feira, 7, e enviá-la para análise dos senadores.



No seu parecer, Freitas negou a inclusão de mais setores além dos atuais 17. O deputado afirmou que as emendas para incluir mais setores “têm objetivo nobre e buscam tão somente colocar o País novamente na rota de crescimento”, mas disse que a CCJ não pode modificar o mérito do projeto.

“Isso não pode ser feito em detrimento da Constituição e do Ordenamento Jurídico pátrio. Infelizmente, então, não há como acatá-las”, escreveu o parlamentar na justificativa do relatório.

A desoneração está em vigor desde 2011 e beneficia 17 setores que mais empregam no País ao reduzir os encargos cobrados sobre os salários dos funcionários. Pelas regras atuais, a validade da desoneração acaba no fim de 2021.

Apoiadores do texto no Congresso avaliam que o governo vai vetar o projeto após a aprovação pelo Poder Legislativo, o que demandaria mais tempo para que os parlamentares analisem o veto e o derrubem para que a iniciativa seja colocada em prática no ano que vem. Sendo assim, o Congresso tem poucos meses para evitar o fim da medida.

A medida consiste em trocar os tributos sobre os salários dos empregados por uma alíquota sobre o faturamento. Hoje, essas empresas podem escolher: ou pagam 20% de contribuição previdenciária sobre os salários dos funcionários ou uma alíquota que vai de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 05/10/2021*

## **LIRA DISCUTE COM OPOSIÇÃO PROPOSTAS PARA CONTER ALTA DOS COMBUSTÍVEIS**

Presidente da Câmara já conversou com lideranças governistas para buscar uma solução legislativa para os aumentos de preços

*Por Camila Turtelli e Sofia Aguiar, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - Depois de conversar com lideranças governistas na noite de segunda-feira, 4, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se reúne nesta terça-feira, 5, com parlamentares da oposição para tentar costurar um acordo em uma possível solução legislativa para conter a disparada do preço dos combustíveis. Não está descartada a possibilidade de se votar uma proposta ainda nesta terça, caso haja acordo entre os parlamentares da Casa.

Desde a semana passada, Lira trabalha na busca de uma alternativa. Na segunda ele sugeriu uma mudança da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos Estados, a partir da média dos preços dos combustíveis dos últimos dois anos, segundo líderes.



**Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados** Foto: Cleia Viana/ Agência Câmara

Na semana passada, o governo tentou um acordo para acrescentar um parágrafo sobre fixação do ICMS em um projeto para estabelecer o peso de cada tributo na nota fiscal da gasolina, diesel e etanol, para que os consumidores saibam o que estão pagando. A ideia, no entanto, foi rejeitada por líderes que a consideraram inconstitucional. A intenção era estabelecer um valor fixo para o ICMS dos combustíveis, por litro consumido, por meio de

um projeto de lei complementar.

Lira também trabalha com a possibilidade da criação de um fundo de estabilização para amortecer variações abruptas do preço dos combustíveis, que é afetado não só pelo preço internacional de petróleo, mas também pela alta do dólar.

A ideia é que esse fundo seja formado pelos dividendos pagos pela Petrobras à União ou com gás retirado do pré-sal. No caso da disparada dos preços no mercado internacional, esse fundo bancaria a diferença para que a estatal mantenha o preço sem reajuste.

O preço da gasolina é formado pela fatia da Petrobras, que, no período de 19 a 25 de setembro, era 33,4%; pelos tributos federais Cide e PIS/Pasep e Cofins, de 11,3%; pelo ICMS, cobrado pelos Estados, de 27,7%; pelo custo do etanol anidro, de 16,9%; e pela fatia dos distribuidores e revendedores, de 10,7%.

No caso do diesel, a composição, também no período de 19 a 25 de setembro, foi a seguinte: a Petrobras ficou com 52,1%; Cide e PIS/Pasep e Cofins com 6,9%; ICMS, com 16%; custo do biodiesel, de 13,9%; e distribuição e revenda, com 11,1%.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 05/10/2021*

## **BRISANET, FUNDADA POR EX-VENDEDOR DE PARABÓLICAS, VAI PARA CIMA DE GRANDES TELES EM LEILÃO DO 5G**

Maior operadora de internet do Nordeste, a empresa vai brigar pelo bloco regional da faixa de 3,5 Ghz, tornando-se uma alternativa a Vivo, Claro, TIM e Oi

*Por Circe Bonatelli, O Estado de S.Paulo*

A Brisanet, maior operadora de internet do Nordeste, já desenhou a estratégia para disputar o leilão do 5G, que acontecerá daqui a um mês. A companhia vai brigar pelo bloco regional da faixa de 3,5 Ghz a partir da qual poderá passar a oferecer internet móvel para seus 754 mil clientes de banda larga fixa, TV por assinatura e telefonia, tornando-se assim uma alternativa às grandes teles Vivo, Claro, TIM e Oi.

A união da internet móvel por 5G com a banda larga por fibra ótica será o “combo perfeito”, na visão do fundador, acionista controlador e presidente da Brisanet, José Roberto Nogueira. “O 5G é o complemento que a gente estava procurando”, afirmou, em entrevista ao Estadão/Broadcast. Mais do que negócios, porém, essa estratégia representa um novo capítulo de um sonho antigo de Nogueira: levar conectividade para sua região de origem.



***José Roberto Nogueira é fundador, acionista controlador e presidente da Brisanet Foto: Brisanet/ Divulgação***

O empresário, de 56 anos, é o caçula de dez irmãos de uma família de agricultores de Pereiro, cidade do interior do Ceará localizada a 342 quilômetros da capital, Fortaleza. É ali que fica a sede da Brisanet desde a sua fundação, há 22 anos. “Nascemos com a proposta de trazer desenvolvimento para a nossa região”, ressalta.

Nogueira migrou cedo para São José dos Campos (SP), onde conseguiu um emprego na Embraer. Mas não demorou muito para retornar à cidade natal e colocar em prática os primeiros experimentos em telecomunicações. Ele começou vendendo antenas parabólicas para os moradores das pequenas cidades do sertão e de propriedades rurais. Em 1997, investiu US\$ 10 mil na importação e adaptação de equipamentos de internet via rádio - um ramo praticamente inexplorado na época.



O negócio deu certo e a Brisnet deslanchou, tornando-se um operador relevante no segmento das pequenas e médias empresas. Em 2010, já tinha mais de 30 mil clientes no interior nordestino - uma região historicamente deixada em segundo plano pelas grandes teles. Embora a procura pela internet via rádio fosse alta, Nogueira sabia que esse modal não ia durar muito, pois não comportaria as velocidades mais altas de navegação do futuro.

Então decidiu apostar em fibra ótica - algo que, uma década atrás, era incipiente até mesmo em países com tecnologia de ponta como Estados Unidos, China e Coreia do Sul, por exemplo. No Brasil dessa época, as conexões nas capitais eram baseadas em cabos de cobre - algo que existe até hoje no mercado. "Entendemos que tínhamos que fazer uma transformação completa da rede. E o cobre também não seria suficiente para a demanda futura", relata.

Nos anos seguintes, a Brisnet foi importando equipamentos e treinando mão de obra a partir de Pereiro, a cidade natal de Nogueira e seus sócios - Paulo Estevam e João Paulo Estevam. A primeira cidade inteiramente coberta pela fibra da Brisnet foi Pau dos Ferros (RN), em 2011, e a primeira capital atendida pela empresa foi João Pessoa (PB), em 2019.

### Presente e futuro

Hoje, a Brisnet está em 110 cidades nos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, com um total de 754 mil clientes - o que lhe garante a liderança no Nordeste entre os provedores regionais e representa a quarta maior base de assinantes de banda larga do País, atrás somente de Claro (9,7 milhões), Vivo (6,3 milhões) e Oi (5,2 milhões) e à frente de Algar (731 mil) e TIM (676 mil), segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Paralelamente à sua própria rede, a Brisnet trabalha com a Agility Telecom, seu modelo de franquia. Aqui, a empresa-mãe leva a espinha dorsal da rede de fibra até as pequenas cidades, enquanto o franqueado vende os planos e liga a fibra na casa dos usuários. Ao todo já são 96 franqueados cobrindo 300 cidades. A meta para os próximos dois a três anos é chegar a 220 cidades com a Brisnet e 500 cidades via Agility Telecom.

"Estamos em um processo acelerado de crescimento no Nordeste", relata Nogueira. A visão é que a combinação das redes de fibra ótica com o sinal de 5G vai permitir à companhia oferecer todas as novidades tecnológicas no campo de telecomunicações nas próximas duas décadas. "São dois trilhos diferentes que vão entregar qualquer serviço em qualquer lugar", observa.

O dinheiro para esses planos virá da sua oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) concluída em julho, que gerou R\$ 1,25 bilhão. Todos os aportes terão foco no crescimento orgânico, sem planos de comprar empresas menores, como as concorrentes têm feito para acelerar a expansão. Os recursos do IPO também vão servir para disputar o bloco regional da faixa de 3,5 Ghz no leilão do 5G. A Brisnet ainda avalia uma oferta pela faixa de 700 Mhz, onde poderia oferecer o sinal do 4G, mas só no caso de o bloco nacional acabar sendo dividido em dois regionais.

No mercado, analistas olham com empolgação o modelo de negócios da Brisnet. O BTG Pactual passou a cobrir a companhia com recomendação de compra das ações. "O rápido crescimento da Brisnet pode ser explicado por uma combinação de forte demanda por banda larga, competição relativamente amena nas cidades menores e um grande pedaço dos clientes que ainda estão conectados a tecnologias antigas, como o cobre", afirmaram os analistas Carlos Sequeira e Osni Carfi, do banco.

Eles ainda destacam a velocidade "surpreendente" com que a Brisnet consegue ganhar mercado após entrar numa cidade. Em João Pessoa bastaram dois anos para liderar o mercado, com 40% de participação. Em Natal, a fatia chegou a 30% em um ano e meio, e em Maceió, 19% em seis meses. "A velocidade com que a Brisnet tem sido capaz de ganhar participação nos deixa muito confiantes de que ela pode continuar a expandir rapidamente por toda a Região Nordeste", complementam os analistas.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 05/10/2021**

## ALÍQUOTA ÚNICA E FIXA DE ICMS PODE LEVAR A PERDA DE R\$ 5,5 BI PARA 20 ESTADOS, DIZ CNM

Para estancar as perdas de Estados e municípios, alíquotas cobradas sobre combustíveis teriam de ser maiores a ponto de resultar em aumento de carga tributária

*Por Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - A mudança no ICMS sobre combustíveis para um modelo de alíquota única e fixa por litro de etanol, diesel ou gasolina, como defendido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), resultaria em uma perda de arrecadação de R\$ 5,517 bilhões para 20 Estados, segundo cálculos da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) obtidos pelo Estadão/Broadcast. Como o imposto é repartido com prefeituras, isso significaria um repasse R\$ 1,379 bilhão menor para seus respectivos municípios.

O Estado de São Paulo seria o maior “ganhador”, com um incremento de R\$ 3,865 bilhões em sua arrecadação de ICMS sobre combustíveis. O governo paulista é chefiado por João Doria (PSDB), adversário político do presidente Jair Bolsonaro.

Além de SP, outros cinco Estados absorveriam as receitas adicionais (o estudo não incluiu o Distrito Federal). Por isso, a proposta seria “neutra” do ponto de vista agregado, mas não sob o aspecto regional, argumenta a CNM, que considera o projeto “inviável”.

De acordo com a estimativa da entidade, as alíquotas que resultariam em uma “carga neutra” para os consumidores seriam R\$ 0,49 por litro de diesel, R\$ 1,19 por litro de gasolina e R\$ 0,48 por litro de etanol.

“Como a definição da alíquota única, segundo o substitutivo, ocorreria por deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que ocorre por maioria de dois terços, além de um terço de cada região, esse patamar de alíquota jamais seria aprovado”, afirma a CNM na nota técnica.

Para evitar perdas a Estados e municípios e garantir a todos o mesmo patamar de arrecadação atual, seria necessário elevar demasiadamente essas alíquotas, para R\$ 0,60 por litro de diesel, R\$ 1,40 por litro de gasolina e R\$ 0,68 por litro de etanol. Essas alíquotas teriam maior chance de aprovação no Confaz, mas significariam uma cobrança adicional de R\$ 17,572 bilhões em ICMS, onerando ainda mais o bolso dos consumidores e elevando a carga tributária. O crescimento seria de 21,92% ante a arrecadação atual com o imposto.

“A União está dizendo que os Estados são os culpados (pela alta dos combustíveis), porque o ICMS é muito alto, mas ninguém mexeu em alíquota. É a política federal que, em função do dólar, do sistema energético da Petrobras, fez disparar o valor do combustível internamente”, afirma o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. “Se a União quer mudar, que mude nos impostos dela. Política energética não é de Estados e municípios”, diz.

Ziulkoski afirma que vai apresentar os números aos deputados antes de a proposta ser votada na Câmara nos Deputados e diz ainda esperar apoio dos governadores, uma vez que eles são os que mais perdem arrecadação. Ele compara a discussão do projeto ao episódio envolvendo a reforma do Imposto de Renda, em que os governos regionais também criticam as negociações empreendidas pela União e que resultam em perdas para Estados e municípios.

“A União quer mudar as coisas nas costas dos Estados e municípios, como no Imposto de Renda”, diz o presidente da CNM.

O ICMS hoje incide sobre o preço do combustível - o preço médio ponderado ao consumidor final, que é reajustado a cada 15 dias. Cada Estado tem competência para definir a alíquota. No caso

do diesel, ela vai de 12% a 25%, segundo dados da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis (Fecombustíveis). Na gasolina, a alíquota varia entre 25% e 34%.

Pela proposta, o imposto passaria a ter um valor fixo por litro do combustível - a exemplo de impostos federais PIS, Cofins e Cide, também incidentes sobre o produto. Se aprovado, os Estados e o Distrito Federal deverão regulamentar a nova lei por meio do Confaz, órgão que reúne secretários estaduais de Fazenda, no prazo de 90 dias.

Na semana passada, durante evento ao lado de Bolsonaro, Lira replicou o discurso do aliado e chegou a culpar os impostos estaduais pela alta dos combustíveis. O presidente da Câmara cobrou, na ocasião, uma cota de sacrifício dos governadores para resolver o problema.

Um dia depois, Lira se reuniu com líderes de partidos e recuou das críticas feitas aos governadores. Em seguida, anunciou que convidaria os Estados e a Petrobras para dialogar e buscar um acordo para conter a disparada dos preços dos combustíveis. Desde então, a proposta de fixar uma alíquota única para o ICMS tem sido parte das negociações.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 05/10/2021*



## VALOR ECONÔMICO (SP)

### BRASKEM PÕE INOVAÇÃO E QUÍMICA “VERDE” NA VITRINE

Braskem Week, primeira feira proprietária e 100% virtual da companhia, vai expor soluções sustentáveis da química e do plástico

*Por Stella Fontes — De São Paulo*

Maior produtora de resinas termoplásticas das Américas, a Braskem promove nesta semana a Braskem Week, sua primeira feira proprietária e 100% virtual, para apresentar soluções sustentáveis da química e do plástico que estão em desenvolvimento ou já em produção comercial.

Considerada uma das principais avenidas de crescimento dos negócios no médio e longo prazos, a química “verde” já vinha sendo explorada há anos pela Braskem e ganhou novo impulso com a maior preocupação dos clientes com a temática ambiental. “Nossa jornada é crescer com clientes e parceiros na química sustentável”, disse a vice-presidente da unidade de vinílicos e especialidades da petroquímica, Isabel Figueiredo.

Segundo o vice-presidente de Olefinas e Poliolefinas da companhia na América do Sul, Edison Terra, o evento funcionará como canal para tratar desse tema com diferentes públicos. “A Braskem age para promover o crescimento do mercado, ao mesmo tempo em que busca sinergia com diferentes parceiros em busca de um futuro mais circular e sustentável”, disse.

A estratégia da companhia compreende, além da oferta de biomateriais, redução do consumo de energia, preservação de recursos naturais, uso de energia renovável e eliminação de resíduos plásticos, entre outras iniciativas, acrescentou o executivo. A lista de projetos é grande e será exposta na feira virtual.

Um dos mercados mais relevantes para as três principais resinas (polietileno, polipropileno e PVC), a indústria de embalagens está entre as prioridades. Recentemente, contou o executivo, a Mãe Terra se tornou a primeira marca do mercado alimentício a usar uma embalagem do tipo sachê que se mantém em pé (stand up pouch) produzida somente com polietileno, desenvolvida

pela Braskem e pela Antilhas. Por ser monomaterial, a embalagem é mais facilmente reciclada e gera uma resina pós-consumo de maior qualidade, impulsionando a economia circular.

Em outra frente, a petroquímica elevou a aposta em solventes oxigenados e reciclados, bem como em uma tecnologia que reduz de forma importante o consumo de energia para produção de EDC (matéria-prima do PVC) e soda cáustica. Em parceria com a Chemetry, está investindo US\$ 18 milhões para instalar uma unidade de demonstração em Alagoas.

Durante pré-abertura da Braskem Week, Terra afirmou que a companhia não vê risco de desabastecimento das principais resinas, mas gargalos na logística global impõem desafios e devem persistir no curto prazo. O executivo lembrou que houve momentos de oferta desbalanceada no mercado local, devido à redução dos estoques e à rápida retomada da demanda após as medidas iniciais de isolamento social. “Essa situação já ficou para trás. Não vemos risco de ruptura de abastecimento em nenhuma de nossas cadeias. Um ponto de atenção, agora, é relativo à crise energética”, afirmou.

Segundo o executivo, a Braskem tem investido para otimizar a confiabilidade energética das operações, em maior eficiência energética e redução de emissões. A companhia segue monitorando o posicionamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e já realizou algumas “reduções espontâneas” de consumo sem comprometer níveis de produção.

Na unidade de vinílicos e especialidades, disse Isabel, a Braskem já realizou as grandes paradas programadas para manutenção e está pronta para atender à demanda sem risco de ruptura. “Estamos prontos para suprir o mercado de forma muito tranquila, a não ser que venha algo que esteja fora do nosso controle, como a questão energética. Por enquanto, não vemos esse risco, mas a situação pode ser agravar”, observou.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 05/10/2021*

## AMAZON VAI INSTALAR SEGUNDO CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO EM PERNAMBUCO

Nova unidade ficará em Cabo de Santo Agostinho e será o 11º entreposto da empresa no Brasil

*Por Marina Falcão, Valor — Recife*

A Amazon vai instalar novo centro de distribuição no país, agora no Cabo de Santo Agostinho (PE). Será o décimo primeiro entreposto da empresa no Brasil. A unidade terá área equivalente a cinco campos de futebol e empregará cerca de 860 pessoas, direta e indiretamente, de acordo com a empresa.

“O Nordeste é uma região de extrema importância para a Amazon, tanto que estamos inaugurando a nossa segunda operação em Pernambuco. Com isso, nosso intuito é aumentar a capacidade logística da empresa no país, aumentando a variedade e aproximando os produtos comercializados, melhorando a experiência dos clientes e reduzindo o tempo de entrega em nível nacional, além de gerar emprego e renda para as comunidades em que atuamos”, afirmou Ricardo Pagani, diretor de operações da Amazon no Brasil, em nota.



**Centro de distribuição da Amazon Brasil em Cajamar, São Paulo — Foto: Divulgação Amazon Brasil/Divulgação Amazon Brasil**

A Amazon já tem um centro de distribuição no mesmo município, onde fica o Porto de Suape. Em agosto, a empresa confirmou que implementará um centro de distribuição em Maracanaú (CE).

Com a nova operação, a Amazon passa a operar

centros com a seguinte distribuição no Brasil: cinco em Cajamar (SP), um em Betim (MG), um em Santa Maria (DF), um em Nova Santa Rita (RS), um em São João de Meriti (Rio de Janeiro) e dois em Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco).

Matéria do Valor em setembro mostrou o aquecimento do setor de galpões no NE, onde as vendas pela internet dobraram no ano passado.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 05/10/2021*

## CHINA COMEÇA A DESCARREGAR CARVÃO AUSTRALIANO, APESAR DE PROIBIÇÃO DE IMPORTAÇÃO

Pequim determinou em 2021 que empresas estatais de energia e siderúrgicas parassem de comprar carvão da Austrália após vários desentendimentos diplomáticos

*Por Valor — São Paulo*



*Foto : Ching/Bloomberg*

A China começou a descarregar um pequeno carregamento de carvão vindo da Austrália, apesar de uma proibição não oficial às importações do produto. A informação foi revelada ao jornal “Financial Times” por analistas, que dizem que o movimento destaca a intensidade da crise energética enfrentada pela segunda maior economia global.

Pequim determinou no ano passado que empresas estatais de energia e siderúrgicas parassem de comprar carvão da Austrália, em um golpe para a indústria do país, que movimenta cerca de US\$ 39 bilhões por ano.

A ordem foi dada após uma série de desentendimentos diplomáticos entre os dois governos. A Austrália foi, por exemplo, um dos países que mais apoiou os pedidos do governo de Donald Trump para realizar uma investigação sobre as origens da covid-19 na China.

Nick Ristic, analista da Braemar ACM Shipbroking, disse ao “FT” que cerca de 450 mil toneladas de carvão australiano que estavam parados fora dos portos chineses foram descarregadas no mês passado. A empresa de pesquisa sobre energia Kpler também disse que cinco navios descarregaram 383 mil toneladas do produto na China em setembro.

A Austrália exportou cerca de 35 milhões de toneladas de carvão para a China em 2020, de acordo com o Argus Media. Depois de novembro do ano passado, os embarques para o país caíram para “efetivamente zero”, disse a Wood Mackenzie ao jornal britânico.

A crise de energia está adicionando riscos ao crescimento econômico da China, que já enfrenta incertezas envolvendo o possível calote da gigante imobiliária Evergrande.

Nas últimas semanas, Pequim interrompeu a atividade de fábricas e realizou apagões programados em algumas regiões do país para lidar com a crescente demanda por energia no país. Os apagões afetaram fornecedoras de importantes empresas, como Tesla e Apple.

Os cortes de energia são resultado de uma série de fatores, desde a alta dos preços das commodities energéticas, como carvão e gás natural, ao aumento da demanda devido à recuperação pós-covid-19. Outro elemento são os compromissos climáticos assumidos pela China.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 05/10/2021*

### MINÉRIO DE FERRO CAI 0,5% NO PORTO CHINÊS DE QINGDAO A US\$ 116,58 POR TONELADA

Com esse desempenho, a commodity exibe queda de 2,2% em outubro e de 27,35% em 2021  
*Por Stella Fontes, Valor — São Paulo*



**Foto : Leo Pinheiro/Valor**

Com a atividade comercial nos portos chineses limitada pelo feriado prolongado do Dia Nacional da China, os preços do minério de ferro permanecem praticamente estáveis no mercado à vista, com alguma oscilação decorrente do baixo volume de negócios.

Segundo a publicação especializada Fastmarkets MB, a tonelada do minério com teor de 62% de ferro transacionada no porto de Qingdao recuou 0,5% nesta terça-feira, a US\$ 116,58.

Com esse desempenho, a commodity exibe queda de 2,2% em outubro e de 27,35% em 2021.

O feriado nacional na China, maior importadora mundial de minério, é comemorado entre os dias 1º e 7 de outubro.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 05/10/2021*

### REABERTURAS ACELERAM RETOMADA DO COMÉRCIO GLOBAL

Para a OMC, os maiores riscos à recuperação continuam a vir da pandemia de covid-19, ainda mais se variantes mais mortais surgirem nos próximos meses

*Por Assis Moreira — De Genebra*

A retomada do comércio mundial deverá superar as expectativas, mesmo em meio a tensões nas cadeias de suprimento globais, aponta a Organização Mundial do Comércio (OMC). O maior risco - que continua a pesar sobre a produção global e o comércio exterior - é uma ressurgência da pandemia de covid-19.

A entidade prevê agora um crescimento de 10,8% do comércio mundial de mercadorias em volume, em vez dos 8% estimados em março. Para 2022, a expectativa é de moderação da expansão para 4,7% (de uma estimativa anterior de 4%), na medida em que o comércio de bens retorna à tendência de longo prazo pré-pandemia.

O comércio de serviços deverá ficar ainda atrás da expansão das trocas de mercadorias, sobretudo nos setores ligados a viagem e entretenimento.

As projeções da OMC divulgadas ontem levam em conta uma expansão de 5,3% da economia mundial, comparado a 5,1% estimada em março. Para 2022, a expectativa é de desaceleração da expansão do PIB global para 4,1%, ainda assim mais alto que os 3,8% estimados em março.

A OMC aponta problemas do lado da oferta, como a escassez de semicondutores e o atraso acumulado nos portos, que pode ter efeito negativo nas exportações e importações de certos setores, mas sem incidência maior sobre os resultados globais.

Quanto à inflação, se os choques que atingiram alguns setores continuarem, os bancos centrais poderão reagir aumentando os juros mais cedo que previsto e isso poderá ter repercussões negativas sobre o comércio internacional.



Para a OMC, os maiores riscos à recuperação continuam a vir da pandemia de covid-19, ainda mais se variantes mais mortais surgirem nos próximos meses. A variante delta, particularmente contagiosa, já levou governos a retomar algumas medidas de confinamento.

A retomada das exportações e importações ocorre em meio a divergências regionais. No Oriente Médio, América do Sul e África, a recuperação das exportações é mais fraca. No caso da América do Sul, a expectativa é de crescimento de 7,2% das exportações neste ano, diminuindo para uma expansão de 2% no ano que vem.

A América do Sul deverá registrar crescimento de 19,9% nas importações em volume, a maior alta entre as regiões. Isso ocorre na comparação à contração de 9,9% em 2020 com a recessão que se seguiu à pandemia de covid-19 em economias importantes.

Para este ano, o crescimento do PIB da América do Sul é estimado em 4,9%, também abaixo da média global esperada de 5,3%. Em 2022, deverá ter o menor crescimento econômico entre as regiões do mundo, de apenas 2,9%.

A OMC nota que, se as previsões se confirmarem, as importações de mercadorias da América do Sul crescerão apenas 2,1% em 2022. Do lado das exportações, a região poderá ter aumento em volume de 7,2% neste ano e de 2% em 2022

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/10/2021

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### USUÁRIOS DEFENDEM LIBERDADE DE ESCOLHA DE LACRES EM CONTÊINERES

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 04 Outubro 2021



#### Operação 'Outlet' em Santos (Arquivo/Divulgação RFB)

Diretora-relatora de consulta feita à Antaq por embarcadores e terminais retroportuárias considera que liberdade pelo uso dos lacres pelo exportador ou seu fornecimento direto pelo armador são condições que podem ser livremente pactuadas pelas partes. Matéria teve pedido de vistas e volta à apreciação na próxima reunião da diretoria.

Representantes de embarcadores e de terminais retroportuários defendem a liberdade de utilização de lacres em contêineres. A justificativa levada à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), com base na resolução normativa 18/2017, é permitir que os usuários exerçam seu poder de escolha e não precisem pagar duas vezes pelo mecanismo de segurança dos equipamentos, em alguns casos oferecido pelos armadores. A consulta, apresentada pela Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres (ABTTC) e pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), foi acolhida pela diretora-relatora do processo, Flávia Takafashi. No entanto, houve pedido de vistas do diretor-geral da agência, Eduardo Nery.

Em seu voto, a diretora-relatora entendeu que a liberdade pelo uso dos lacres pelo exportador ou seu fornecimento direto pelo armador são condições que podem ser livremente pactuadas pelas partes, apesar da responsabilidade objetiva pela segurança da unidade de carga imputada ao armador, o que atrai a possibilidade de adoção e exigência de mecanismos de controle e

minimização de riscos próprios por meio de seus lacres. “A utilização de lacres eletrônicos, em substituição ao lacre fornecido pelo armador, é condição que adentra à livre pactuação entre as partes, devendo ser estimulado o uso de dispositivos que confirmam maior segurança e possibilidade de controle em todos os elos da cadeia de transportes”, pontuou Flávia, nesta segunda-feira (4), durante a 510ª reunião ordinária de diretoria da Antaq.

### **Porto do Açú**

Na ocasião, ela lembrou que o armador pode recusar o transporte, caso entenda pela inadequação da unidade de carga às condições de segurança exigidas, com base nas hipóteses previstas no artigo 746 do Código Civil e da RN-18/2017, que trata dos direitos e deveres de usuários, armadores e agentes intermediários. A diretora acrescentou que o princípio de autonomia de vontade das partes prevalece na elaboração de contrato e que as condições e responsabilidade de cada ente da cadeia de transportes devem ser contratualmente definidas, contribuindo com a prevenção de litígios. Dessa forma, em caso de dano, cada agente deve responder por eventuais ações e omissões.

Em sua sustentação oral, o advogado Thiago Miller, disse que a ABTTC desenvolveu com parceiros de mercado, nos últimos três anos, um lacre eletrônico 'inteligente' que permite maior segurança e controle ao longo de todo trajeto. O representante da ABTTC ressaltou que a pesquisa se deu em razão da recorrência de casos de fragilidade e de violação de contêineres por criminosos. Ele relatou casos de artimanhas utilizadas de forma clandestina para inserir drogas nos equipamentos ao longo do trajeto, para que os entorpecentes chegassem ao destino com lacres clonados que simulam os originais.

Miller considerou que o lacre não é exigência do armador, e sim da autoridade aduaneira, que passou a exigir esses itens como instrumento de controle dela, e não como de segurança da carga. Nesse contexto, o armador passou a ser fornecedor de lacre, comprando do mercado e vendendo para o exportador. O advogado ponderou que o lacre desenvolvido e que se pretende utilizar atende às normas internacionais ISO e da Organização Marítima Internacional (IMO). Ele sustentou que os próprios conhecimentos marítimos apresentados nos autos facultam ao embarcador utilizar esse lacre, desde que atendidas as normas de segurança.

O advogado lembrou que, após alguns armadores não terem admitido que cobravam pelos lacres, a ABTTC foi mais contundente nas manifestações seguintes, demonstrando com dados que a maioria deles cobrava por esse item. “A discussão de preços não está sendo discutida na consulta. O armador cobra como um fornecedor de lacre e os exportadores pagam. Queremos é o direito de escolha, garantido no artigo 8º da RN-18/2017 da Antaq”, salientou Miller.

A defesa da ABTTC também questiona que a análise da área técnica da Antaq replicou o argumento dos transportadores de que, por questões técnicas, jurídicas e de segurança, o armador não abre mão de utilizar o lacre dele. Fotos anexadas ao processo mostram casos em que criminosos teriam colocado lacres originais dentro do contêiner e substituído por similares clonados. “O problema é que esse lacre está se mostrando ineficiente. Foi desenvolvida uma outra opção no mercado e o armador diz que não pode abrir mão do lacre. Se contratualmente, atribui a responsabilidade pela lacração ao exportador e se o lacre chegar intacto, te isenta, qual problema de segurança que representa aos armadores?”, indagou Miller.

Ao pedir vistas, o diretor-geral da Antaq ressaltou a necessidade de se certificar de alguns pontos antes de se posicionar definitivamente, principalmente quanto às questões que envolvem exigências da Receita Federal. O diretor Adalberto Tokarski também foi favorável à necessidade de vistas à matéria, que voltará à apreciação na próxima reunião colegiada telepresencial, prevista para ocorrer no período de 18 a 20 de outubro.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 05/10/2021**

## MUSEU MARÍTIMO DO BRASIL COMEÇA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA EXECUÇÃO DA SEGUNDA FASE DO PROJETO

Por Viviane Castanheira NAVEGAÇÃO 04 Outubro 2021



Com previsão de inauguração até 2026, a marinha pretende arrecadar R\$7 milhões para consecução desta nova etapa

A Marinha colocou em ação a segunda fase do projeto para a construção do Museu Marítimo do Brasil. A nova etapa prevê a elaboração de um Projeto Executivo de Arquitetura e de projetos técnicos complementares para a construção do espaço. Estima-se que para a consecução deste plano será necessário a captação de R\$7 milhões.

A terceira e última fase corresponde à construção propriamente dita do museu, com previsão de início em 2023 e conclusão da obra em 2025. O objetivo é desenvolver uma consciência no público, estimulando o conhecimento sobre a história marítima do país, destacando mar e rios como instâncias culturais, simbólicas e míticas.

O responsável pela curadoria do projeto, o artista plástico Evandro Salles, destaca que o museu se constituirá como um espaço da história marítima brasileira e dos sentidos da brasilidade, no que se refere aos mares e rios do Brasil, buscando abarcar a pluralidade de vozes que perfazem essa história. “Os seus objetivos se estendem tanto na direção da preservação e pesquisa dessa memória, como na ampla divulgação do significado e importância fundamentais de seu campo: os mares e rios do Brasil. Pretende, assim, colaborar nas ideias de preservação e desenvolvimento sustentável, bem como na defesa do patrimônio marítimo brasileiro”, afirma Salles que já definiu algumas ideias de exposições para o espaço. “Como o universo que o museu trabalha é muito amplo e rico, as ideias vão desde aspectos mais simbólicos ligados à experiência do mar, como por exemplo o da ‘Viagem como Metáfora’ ou ‘As Diferentes Formas do Navegar’; até aqueles mais ligados à conteúdos científicos, como ‘Astronomia e Navegação’ ou ‘A Ecologia Marinha Brasileira’”, conta.

A captação de recursos para a primeira etapa do projeto foi concluída em 2020, cerca de 2 milhões e 400 mil reais foram arrecadados via Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), Com os recursos foi realizado um concurso para a escolha de um estudo preliminar de arquitetura. “A fase um compreende mais três etapas: a criação do Plano Museológico; o estudo de Viabilidade Econômico Financeira, promoção de um seminário internacional de museus marítimos; e um concurso de identidade visual. Até agora, todos os recursos são provenientes da Lei de Incentivo à Cultura, por meio da qual somaram força conosco para a concretização deste museu a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), Qualicorp, Grupo Wilson Sons, Companhia de Navegação Norsul, Empresa de Navegação e Granada Farmácias”, explica o Vice-Almirante José Carlos Mathias, Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

A equipe formada pelos escritórios Messina Rivas arquitetura e Ben-Avid Studio, sob responsabilidade técnica do arquiteto e urbanista Rodrigo Quintella Messina foi a ganhadora do concurso para elaboração do projeto arquitetônico do Museu que será construído na Zona Portuária do Rio de Janeiro. O museu contará ainda com uma loja, auditório, área educativa, restaurante e um mirante com vista para a Baía de Guanabara.

O Espaço Cultural da Marinha, onde ficará o novo projeto, dispõe de outros ativos, como o Navio-Museu Bauru, o Submarino-Museu Riachuelo, a Nau dos Descobrimientos, o Helicóptero-Museu Sea King, o Carro de Combate Cascavel e o Avião Caça AF-1 Skyhawk.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/10/2021



## MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

### MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping ([www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)).

Fonte : InforMS  
Data : 20/04/2006